

revista areia e brita

PUBLICAÇÃO DA ANEPAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO

Capa

1º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGREGADOS

Marco para o setor, evento reunirá,
pela primeira vez, toda a cadeia
produtiva da indústria de
agregados no Brasil

Pág_16

1º Congresso
Brasileiro de
Agregados

Representatividade

ANEPAC reúne o setor em
assembleia na Bahia e reforça
agenda de representatividade

Pág_22

Homenagem

História e homenagem - Congresso
Nacional reconheceu importância
da ANEPAC na representatividade
do setor de agregados

Pág_28

Legislação

Reforma Tributária - O que muda
para as empresas de agregados
a partir de 2027

Pág_38

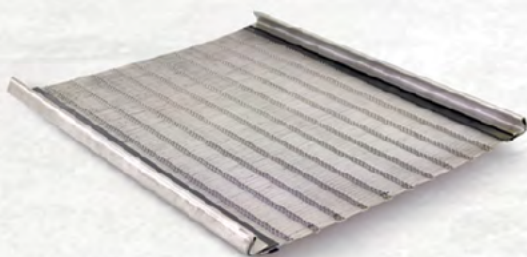


TELAS PARA PENEIRAMENTO

Escaneie o QR Code e
acesse nosso catálogo



Linha completa de Telas para processamento
e beneficiamento de Minérios e Agregados



TELAS DE AÇO

PRECISÃO, DURABILIDADE E PERFORMANCE

TELAS DE BORRACHA

MELHOR CUSTO BENEFÍCIO, ERGONOMIA E VIDA ÚTIL



TELAS DE POLIURETANO

ALTA EFICIÊNCIA E DESEMPENHO NAS APLICAÇÕES
MAIS SEVERAS

TELAS AUTOLIMPANTES • TELAS MISTAS • PENEIRAMENTO DE FINOS
SISTEMAS DE TROCA RÁPIDA • PEÇAS E ACESSÓRIOS

(11) 4323-3800 (11) 99779-8008

@lantexdobrasil vendas@lantex.com.br

WWW.LANTEX.COM.BR

EDITORIAL

Fortalecer a ANEPAC é pavimentar o caminho das soluções



**Victor Hugo
Froner Bicca**
Presidente Executivo

Há desafios que mudam de endereço, mas não de natureza. Em diferentes regiões do Brasil, produtores de areia e brita convivem com questões que nem sempre consideram a importância estratégica dos agregados para o desenvolvimento do país.

É justamente essa realidade que revelamos nesta edição da Areia e Brita. Na Bahia, o setor se mobiliza em defesa da segurança jurídica e do aperfeiçoamento do licenciamento ambiental. No Paraná, encontramos uma operação que demonstra, na prática, a importância de produzir com responsabilidade e estar próxima dos centros consumidores. Em São Paulo, mostramos a atuação de entidades que há décadas contribuem para aproximar a mineração da sociedade por meio da educação ambiental. E, em Brasília, uma homenagem reafirmou o reconhecimento à importância dos agregados para o desenvolvimento nacional.

São realidades distintas, mas que ajudam a revelar que os desafios enfrentados pela mineração de agregados não são problemas isolados de uma empresa ou de um estado. São questões que se repetem, com diferentes características locais, em todo o território nacional. A insegurança jurídica no licenciamento, os municípios que tentam legislar sobre uma atividade cuja competência é da União e as cadeias produtivas inteiras que dependem de decisões tomadas em Brasília impactam diretamente o bolso de cada mineradora de areia e brita do país, independentemente do estado em que se encontram. E, ainda, a falta de ordenamento territorial que empurra as jazidas para, cada vez, mais longe de quem consome o agregado. Nosso setor é essencial, não há dúvida, mas ainda pouco visível nas políticas públicas.

E esses problemas não se resolvem, isoladamente, estado por estado. Eles pedem uma ação nacional, coordenada, técnica e persistente. É por isso que a palavra de ordem desta gestão é o fortalecimento da ANEPAC. Fortalecer a entidade nacional não é um objetivo institucional abstrato. É, concretamente, pavimentar o caminho das soluções que cada sindicato regional, associação estadual e empresa associada precisam para enfrentar, no seu dia a dia, os mesmos obstáculos que vemos se repetir de norte a sul do país.

Os números ajudam a entender o tamanho da responsabilidade que carregamos. O setor de agregados já responde por mais de 700 milhões de toneladas produzidas por ano no Brasil, volume que só perde para a água entre todos os bens minerais do país, superando inclusive o minério de ferro. É areia e brita que sustentam a infraestrutura, a habitação e o saneamento que o Brasil precisa construir nas próximas décadas. Essa distância entre o tamanho real do setor e o tamanho da sua representatividade é, precisamente, o que a ANEPAC está trabalhando para sanar.

É nesse contexto que ganha ainda mais importância o 1º Congresso Brasileiro de Agregados, que será realizado nos dias 16, 17 e 18 de novembro, na sede da FIESP, em São Paulo. O encontro será uma oportunidade inédita para reunir a cadeia produtiva, juntamente com especialistas nacionais e internacionais e o poder público, em torno de temas que definem o presente e o futuro da mineração de agregados no Brasil. Se a força do nosso setor está nos números, a força da nossa voz está na união.

Vamos juntos!

sumário

Nesta edição

capa

1º Congresso Brasileiro de Agregados

Marco para o setor, evento reunirá, pela primeira vez, toda a cadeia produtiva da indústria de agregados no Brasil

16



homenagem

História e homenagem - Congresso Nacional reconheceu importância da ANEPAC na representatividade do setor de agregados

Frente Parlamentar da Mineração Sustentável homenageia ANEPAC com honraria concedida pela Assembleia Legislativa de São Paulo

28



expediente



EDIÇÃO 84 – Agosto de 2026

Publicação da ANEPAC

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO

Rua Santo Amaro, 71 - 18º andar - Bela Vista

CEP 01315-001 - São Paulo/SP

✉ anepac@anepac.org.br

☎ 11 97207.2279



www.anepac.org.br



Siga a ANEPAC nas redes sociais

Presidente Executivo

Victor Hugo Froner Bicca

Diretor de Relações Institucionais

Fernando Mendes Valverde

Presidente Conselho Diretor

Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio

Vice-presidente Conselho Diretor

Fábio Rassi

Diretor Executivo

Daniel Debiazzi Neto

Diretora de Meio Ambiente

Sandra Maia de Oliveira

Conselheiros

Henrique Gomes Libério

Felipe Barcelos Ottoni Guedes

Fabio Roni Borlini

Anselmo Luiz Martinez Romera

Daniel Debiazzi Neto

Fauaz Abdul Hak

Abdias Veras Neto

Marcelo Alves Santiago

Marcos Durau

Valdir Turra Carpenedo

destaque

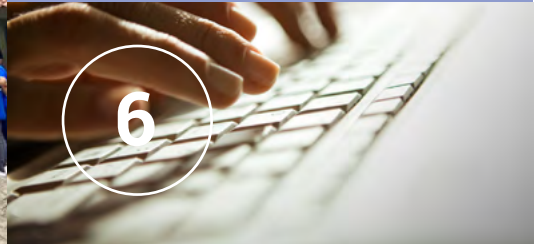
- AMAVALES é homenageada pela Câmara Municipal de Registro

- Da britagem à governança: Pedreira Central moderniza gestão e fortalece cultura ética



artigos

- O conceito de minerais críticos no PL nº 2.780/2024 e os agregados para construção civil



representatividade

- ANEPAC reúne o setor em assembleia na Bahia e reforça agenda de representatividade
- Fórum Sindibrita 2026 debate o papel da mineração de agregados na Bahia

34 tecnologia

- Superior apresenta britador Patriot® e peneira inclinada Anthem®, na Expositram 2026

37 mercado

- Mineração cresce 8,2% no primeiro semestre e mantém rota de investimentos

38 legislação

- Reforma Tributária - O que muda para as empresas de agregados a partir de 2027
- MP do Frete vira lei e endurece regras

Conselho Fiscal

Eduardo Rodrigues Machado Luz Junior
Sandro Alex de Almeida
Hércio Akimoto

Conselheiros Vitalícios

Antero Saraiva Junior
Carlos Toniolo
Ednilson Artioli
Eduardo Rodrigues Machado Luz
Gustavo Rosa Lanna
José Luiz Machado
Luiz Eulálio De Moraes Terra
Pedro Antonio Reginato
Sérgio Pedreira de Oliveira Souza

Fotos: Arquivos Anepac

Impressão: ARW Editora

Tiragem: 1.000 exemplares

Projeto Gráfico e Editorial:

A2B COMUNICAÇÃO
RUA ÁLVARES MACIEL, 362 - SALA 901
CEP 30150-250 - BELO HORIZONTE - MG

☎ 31 2127.1400

✉ contato@a2bcomunicacao.com.br

💻 a2bcomunicacao.com.br

a2b
comunicação

revista
areiaebrita

Areia e Brita é uma publicação da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção, dirigida às empresas, entidades e profissionais ligados direta ou indiretamente ao setor de agregados para a indústria da construção. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ANEPAC.

SUA REPRODUÇÃO É LIVRE EM QUALQUER OUTRO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO, DESDE QUE CITADA A FONTE.

O conceito de minerais críticos no PL nº 2.780/2024 e os agregados para construção civil

✍ William Freire¹



No último artigo para a Revista Areia e Brita, apresentamos a seguinte proposição: os agregados para construção civil podem ser considerados minerais críticos? Durante o Fórum Sindibrita, realizado em Salvador, em maio de 2026, a discussão foi ampliada, o que justificou aprofundar o tema.

A retomada do assunto nesta Revista se justifica por dois aspectos principais: (i) a importância do tema para o desenvolvimento socioeconômico nacional e (ii) pelos novos argumentos trazidos.

O Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, já aprovado na Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal, dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE). É consequência da constatação (i) da dependência mundial em relação à China no que diz respeito, principalmente, aos produtos que têm como matéria-prima as terras raras e (ii) da necessidade de desenvolvimento da cadeia produtiva da mineração para suprir a demanda de substâncias minerais necessárias para a chamada transição energética parcial e a descarbonização da economia.

Nesse contexto, os minerais críticos tecnológicos passaram a ser analisados a partir de variáveis como concentração produtiva, dependência externa, fragilidade nas cadeias de suprimento internacionais, alta tecnologia, segurança e soberania mineral.

Entretanto, os agregados para a construção civil exigem matriz analítica distinta, que justifica a introdução de novo conceito, o de minerais críticos territoriais: aqueles cuja criticidade decorre do risco de inviabilização do suprimento local. Isso significa que, em vez de examinar apenas a geopolítica internacional, há necessidade de se examinar os elementos da geopolítica interna.

Surge, então, a constatação de que há um problema geopolítico interno grave. Ao mesmo tempo em que os consumidores desejam comprar esses bens minerais a custo razoável, rejeitam a mineração próxima dos centros urbanos, como se o minerador pudesse escolher onde a natureza coloca a jazida.

A pergunta adequada não consiste em indagar se os agregados para construção civil são, em abstrato, minerais críticos, mas identificar em quais condições podem ser considerados críticos.

Retorna, para análise, agora, o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024. Pela proposta, são críticos os minerais cuja disponibilidade (i) está ou (ii) pode vir a estar em risco devido às limitações de (a) produção, (b) fornecimento ou (c) funcionamento da cadeia de suprimento que são necessários para (i) setores-chave da economia nacional, cuja (ii) escassez pode afetar seriamente a economia do País.

Portanto, a criticidade deve ser analisada não



¹ Advogado. Professor de Direito Mineral. Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Mineral – IBDM. Diretor e coordenador do Departamento do Direito da Mineração do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Árbitro da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial Brasil – CAMARB. Alguns livros e capítulos de livros publicados: Comentários ao Código de Mineração. (2ª ed. 1995). Revista de Direito Mineral (1997. Vol. I – coordenador). Direito Ambiental Brasileiro (1998). Revista de Direito Mineral (2000. Vol. II – coordenador). Recurso Especial e Extraordinário (2002 – coautor). Os recursos cíveis e seu processamento nos Tribunais (2003 – coautor). Direito Ambiental aplicado à Mineração. Belo Horizonte: (2005). Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra



ARTIGOS

apenas no cenário atual, mas com visão prospectiva, inclusive para fins de planejamento de políticas públicas para a mineração:

- i. A criticidade da capacidade de atendimento das necessidades sociais e econômicas pela mineração deve ser compreendida como a capacidade — presente, contínua e futura — de atender às necessidades sociais e econômicas, e não como mera escassez física do recurso.
- ii. Agregados são minerais de mercado regional ou local. Essa característica condiciona toda a análise de criticidade.
- iii. Considerando o baixo valor unitário dos agregados, a criticidade logística é um dos componentes da criticidade da disponibilidade. Areia, brita, cascalho e saibro não suportam longas distâncias sem perda de competitividade.
- iv. Também podem afetar a disponibilidade mineral: rejeições sociais à mineração urbana, resistências políticas ao zoneamento urbano contemplando áreas exclusivas de mineração e falta de planejamento territorial favorecendo a expansão urbana em direção a jazidas preexistentes etc.
- v. Disponibilidade geológica não se confunde com disponibilidade econômica ou disponibilidade jurídica. Ou: depósito mineral não é o mesmo que reserva mineral.
- vi. Disponibilidade nacional não é a mesma que disponibilidade regional.
- vii. Pode ocorrer escassez crítica em regiões metropolitanas, com impactos diretos sobre a construção de habitações, a execução de obras públicas, a infraestrutura urbana e a implementação de políticas sociais.
- viii. Assegurar base material às políticas públicas

de desenvolvimento. Chegará o tempo em que políticas públicas poderão ficar limitadas em razão da realidade elementar: a falta de disponibilidade de agregados para a construção civil.

ix. Os agregados podem se tornar críticos não porque desaparecerão do subsolo, mas porque podem se tornar indisponíveis pela combinação de fatores econômicos, jurídicos, logísticos e territoriais.

Conclusões

As perspectivas para o futuro exigem realismo técnico, jurídico, político e territorial:

- i. Nem todo mineral crítico é raro. Às vezes, ele apenas está juridicamente indisponível.
- ii. A cidade rejeita a mineração, mas deseja a brita e a areia boas e baratas.
- iii. O agregado barato é uma ficção quando a jazida é empurrada para longe.
- iv. Disponibilidade geológica não é disponibilidade econômica.
- v. Depósito mineral não é o mesmo que reserva mineral.
- vi. Agregado é mineral de proximidade, porque a distância elimina sua racionalidade econômica.
- vii. Há risco efetivo de aumento de restrições para os empreendimentos já instalados, justamente onde a demanda por agregados é mais intensa.

A crise dos minerais críticos territoriais começa como problema local e terminará como problema de política pública nacional. A reação pública virá, ainda que tardia. Então, os agregados serão explicitamente considerados como críticos. E será tarde demais.



e do Manifesto de Mina no Direito brasileiro (2005). Código de Mineração em Inglês (2008 – cotradutor). Dicionário de Direito Minerário. Inglês – Português. (2ª ed. 2008 – coautor). Gestão de Crises e Negociações Ambientais (2009). Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário técnico de Meio Ambiente. (2ª ed. 2009 – coordenador). Mineração, Energia e Ambiente (2010 – coordenador). Fundamentals of Mining Law (2010). Código de Mineração Anotado e Legislação complementar em vigor. (5ª ed. 2010). Aspectos controvertidos do Direito Minerário e Ambiental (2013 – cocoordenador). The Mining Law Review. (6a. ed.). Capítulo do Brasil. London: The Mining Law Reviews (2017). Direito da Mineração. Cocoordenador (2017). Capítulo: Avaliação judicial de rendas e danos para pesquisa mineral. Riscos Jurídicos na Mineração. Manual (2019). O mínimo que todo empresário necessita saber sobre Direito Penal. Manual (2019 – coautor). International Comparative Legal Guides. Mining Law 2020: A practical cross-border insight into Mining Law. (7ª ed.). London: Global Legal Group Limited. (2020), capítulo Brasil, e Direito Minerário: Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. (2ª ed. 2020). Direito da Mineração (Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2ª ed. 2023 – organizador).





AMAVALES é homenageada pela Câmara Municipal de Registro

Em sessão solene, entidade recebe Moção de Aplauso pelos 30 anos de trabalho em educação ambiental e mineração responsável no Vale do Ribeira

A Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista (AMAVALES) recebeu, em 3 de agosto de 2026, a Moção de Aplauso nº 92/2026, concedida pela Câmara Municipal da cidade de Registro/SP, em sessão solene que reuniu diretores, colaboradores, autoridades e parceiros institucionais. A homenagem celebrou três décadas de atuação da entidade em prol da educação ambiental, da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento sustentável da região.

De autoria do vereador Marcelo Comeron, a

moção reconhece a trajetória da AMAVALES em aproximar a sociedade da atividade mineral por meio de projetos educativos, visitas técnicas às minerações e ações de disseminação do conhecimento sobre a mineração de areia. Para o parlamentar, a associação construiu ao longo dos anos um compromisso sólido com a responsabilidade ambiental, evidenciado pela abertura das minerações à comunidade escolar. “Em nome da Câmara Municipal de Registro, expressamos nosso reconhecimento e gratidão à AMAVALES, seus associados, colaboradores e parceiros. Que esta história de sucesso continue inspirando



DESTAQUE

novas gerações e fortalecendo o compromisso do Vale do Ribeira com a sustentabilidade e o desenvolvimento. Parabéns pelos seus 30 anos de relevantes serviços prestados à sociedade”, declarou Comeron.

O reconhecimento tem raízes no Projeto Viva Ribeira, desenvolvido pela AMAVALES desde 1997, que já recebeu estudantes de escolas públicas e privadas, universitários, integrantes da APAE, do Rotary e de outras instituições interessadas em conhecer, na prática, como a mineração de areia concilia produção, inovação e responsabilidade ambiental. A atuação das empresas associadas soma-se a esse trabalho educativo com ações concretas como o projeto de preservação da mata ciliar e do Rio Ribeira de Iguape, plantio de espécies nativas, sistemas de reuso de água nos processos produtivos, gestão ambientalmente adequada dos resíduos minerais e o incentivo a uma cultura voltada para o uso consciente dos recursos.

“Cada visita representa uma oportunidade de despertar a curiosidade, promover o aprendizado e formar cidadãos que compreendam a

importância dos recursos minerais e a necessidade de utilizá-los com responsabilidade. Afinal, quando investimos na educação das crianças e dos jovens de hoje, estamos construindo um futuro mais sustentável para toda a sociedade. Esta homenagem, portanto, não pertence apenas à AMAVALES, ela é compartilhada com todas as empresas associadas, educadores, colaboradores, parceiros, instituições de ensino, órgãos públicos e comunidades que acreditaram na força do diálogo e da educação como instrumentos de transformação”, destacou o diretor da AMAVALES, Ricardo César Bertelli Cabral.

A parceria mantida com a APAE de Registro também foi lembrada durante a solenidade como exemplo do compromisso da entidade com a inclusão social e a valorização das pessoas. Ao completar 30 anos de história, a associação reafirma seu papel como referência na promoção da mineração responsável, demonstrando que o setor mineral pode atuar como agente de transformação ao conciliar desenvolvimento econômico, preservação ambiental, educação e responsabilidade social em benefício de toda a sociedade.



i

Fonte:

Assessoria de
Comunicação Sindareia/SP

 Sindareia/SP



Da britagem à governança: Pedreira Central moderniza gestão e fortalece cultura ética

Tradicional fornecedora de brita de Curitiba investe em governança, tecnologia e valorização humana para consolidar crescimento sustentável e elevar padrões internos de gestão

✍ Luana Oliveira



Em um setor essencial para o desenvolvimento urbano, obras públicas e expansão da infraestrutura brasileira, a competitividade deixou de ser medida apenas por capacidade produtiva ou localização estratégica. Cada vez mais, governança, transparência e valorização das pessoas passam a integrar a equação do crescimento sustentável. É nesse cenário que a Pedreira Central, tradicional fornecedora de brita da região de Curitiba (PR), vem despertando a atenção do mercado ao transformar seu Código de Conduta e Ética (CCE) em um dos principais pilares de modernização empresarial.

Com atividades iniciadas em 1987, a empresa consolidou sua presença no abastecimento de agregados para Curitiba e região metropolitana. Hoje, quase quatro décadas depois, alia estrutura operacional robusta, investimentos em tecnologia e uma gestão voltada ao futuro. Mas é justamente no campo da cultura organizacional que a empresa passa a emitir sinais claros de evolução. A Pedreira Central conquistou certificação Great Place to Work, reconhecimento concedido a empresas com ambientes de trabalho positivos e práticas consistentes de gestão de pessoas.

DESTAQUE



Segundo o gerente geral de operações, Lineu Alessandro Pereira de Oliveira, engenheiro de Produção Mecânica e Mineração, o momento do mercado regional é favorável e reforça a importância do setor. “Buscamos melhorias constantes, inovação e crescimento. Isso precisa partir da liderança e alcançar todos os níveis da empresa. O mercado está aquecido, com muitas obras em andamento. Há duplicações rodoviárias importantes, investimentos públicos bilionários e crescimento das obras privadas. Isso reforça a importância da mineração de agregados para o desenvolvimento regional”, afirma.

Em uma região com forte dinamismo econômico, a Pedreira Central ocupa posição estratégica pela proximidade logística e capacidade de atendimento. Para acompanhar a demanda crescente, a empresa ampliou recentemente sua estrutura produtiva com a instalação de britador HP400, da Metso, além de aperfeiçoamentos operacionais permanentes. “Ganhamos eficiência para atender o mercado e implantamos check-lists diários, gestão preventiva e melhorias em toda a planta”, destaca Oliveira.

A unidade opera com alto grau de automação. Sensores de nível, balanças integradas, câmeras operacionais e sistemas digitais de gestão permitem controle rigoroso da produção, manutenção e expedição. No carregamento, operadores utilizam tablets embarcados nas máquinas com dados em tempo real sobre

cliente, produto, volume e destino. Entre janeiro e fevereiro de 2026, a empresa alcançou 91% de disponibilidade mecânica, indicador relevante de desempenho industrial.

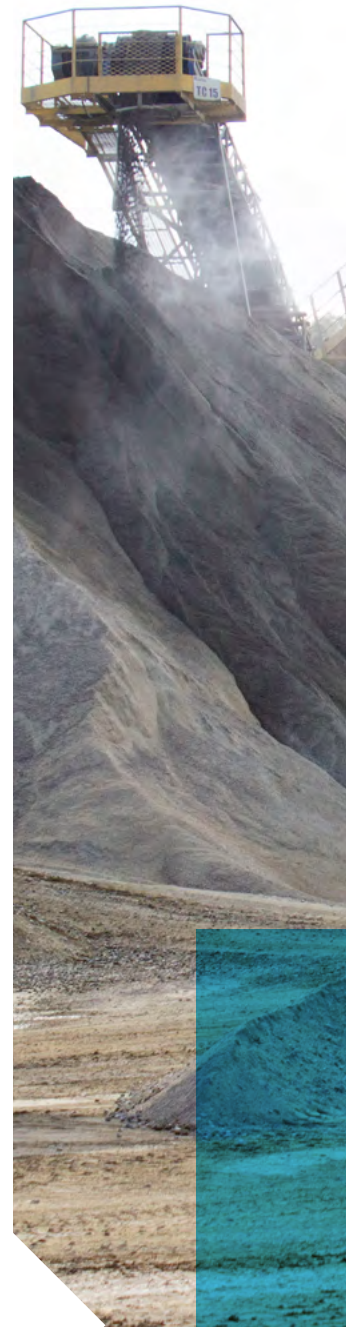
Mas, se máquinas e produtividade ajudam a explicar os números, a empresa acredita que os resultados dependem sobretudo de pessoas e processos bem alinhados. Com cerca de 50 colaboradores próprios e média superior a dez anos de permanência na empresa, a Pedreira Central aposta em estabilidade, experiência e fortalecimento interno. Reuniões semanais com lideranças das áreas de segurança, manutenção, gestão e comercial integram o modelo de gerenciamento da rotina. Atas são divulgadas em murais internos e o fluxo de comunicação vem sendo tratado como fator estratégico.

A pedreira também mantém reuniões mensais dedicadas ao Código de Ética e Conduta, além de atuação ativa da CIPA, reforçando temas ligados à segurança, prevenção e convivência organizacional. A proposta é unificar processos internos — como manutenção, compras, cotações e controles administrativos — reduzindo ruídos e fortalecendo padrões operacionais.

Para o diretor Ivo Cruz, esse movimento foi decisivo para elevar o nível de organização da empresa. “O Código é importante para a empresa e para o sistema interno. Ele reforça respeito, honestidade e responsabilidade, além de ajudar a diminuir conflitos internos”, afirma.

Segundo ele, a iniciativa não surgiu por obrigação regulatória, mas por convicção estratégica. “Não foi feito por obrigação, e sim para o crescimento de todos. Para aprender, trabalhar de forma ética e com conhecimento. A profissionalização dos processos e o acesso à informação devem alcançar todos os níveis da empresa. Não existe trabalho isolado. É preciso que todos conheçam, compreendam e executem os processos com segurança.”

A estruturação do Código contou com apoio jurídico externo conduzido pela advogada Fernanda Zanatto, sócia do escritório Dal Pont e Advogados Associados. Ela explica que o documento foi elaborado para cobrir as principais fontes de risco jurídico inerentes à atividade minerária e industrial.



"O Código contempla compliance trabalhista, proteção de dados alinhada à LGPD, combate à corrupção, política ambiental, controles contábeis e regras claras de conduta", afirma.

Segundo Fernanda, o texto possui capítulos específicos sobre cumprimento da CLT, normas regulamentadoras, acordos coletivos, jornada, benefícios, confidencialidade, uso adequado de e-mails corporativos, prevenção à lavagem de dinheiro e integridade institucional.

Também aborda a política ambiental da empresa, com referência a relatórios auditados por empresa independente, além da proporção operacional entre áreas preservadas e áreas de extração. Para ela, a estrutura em capítulos funciona como uma verdadeira matriz preventiva de riscos.

"Muitas dessas práticas já eram adotadas pela empresa. O Código surgiu para consolidar textualmente aquilo que já existia e aperfeiçoar pontos que precisavam de atualização."

Um dos diferenciais do programa está no sistema interno de controle estruturado em três etapas: prevenção, identificação e tratamento. Na fase preventiva, a empresa promove treinamentos de compliance, termos formais de ciência assinados pelos colaboradores, declarações periódicas sobre conflitos de interesse e orientações práticas para dilemas éticos.

Na etapa de identificação, o Código prevê canal público no site da empresa — "Sugestões, Elogios, Reclamações e Denúncias" — além da possibilidade de relatos anônimos ou identificados, sempre com incentivo à comunicação de boa-fé.

Já no tratamento, cabe ao Comitê de Ética e Conduta, formado por representantes da diretoria, gerências, recursos humanos e um colaborador indicado, analisar os relatos, recomendar medidas corretivas e aplicar sanções proporcionais, quando necessárias. Casos relacionados a fraude, corrupção e assédio recebem prioridade.

"O Código oferece garantia de sigilo, proibição de retaliação e tratamento sério de cada manifestação", ressalta Fernanda. Ela observa que denúncias devem, sempre que possível, ser



acompanhadas de fundamentos concretos e evidências, embora a ausência desses elementos não impeça a apuração de relatos legítimos.

A empresa centralizou inicialmente a governança do programa no Comitê de Ética e Conduta, com suporte técnico do escritório. "Eu e o Dr. Gilvan Dal Pont somos acionados para consultas específicas e para condução conjunta de situações que exijam a melhor decisão jurídica e estratégica", explica.

Além da conformidade legal, o Código foi concebido para dialogar diretamente com a agenda ESG. No eixo ambiental, trata de emissões, ruídos, qualidade da água e monitoramento técnico. No social, aborda diversidade, inclusão, vedação ao trabalho infantil ou análogo ao escravo, respeito sindical e prevenção ao assédio. No campo da governança, estabelece controles internos, transparência contábil, regras anticorrupção e prevenção de conflitos de interesse.

Segundo Fernanda, esse alinhamento se torna cada vez mais relevante em um setor que fornece insumos para construtoras, prefeituras, empreiteiras e grandes projetos. "Clientes institucionais exigem cada vez mais comprovação de que seus fornecedores operam de forma ética e sustentável. Financiadores também vêm adotando critérios ESG. E os órgãos reguladores fiscalizam exatamente as áreas tratadas pelo Código."

DESTAQUE



O professor, consultor e escritor Engelbert Schlögel, que participou do processo de implantação, avalia que o principal mérito da iniciativa foi transformar o documento em ferramenta viva de gestão.

“O Código de Conduta e Ética precisa traduzir os valores da empresa em comportamentos práticos e constantes. Ele não pode ser apenas um texto jurídico, mas um guia para decisões diárias.”

Segundo ele, o engajamento dos colaboradores surpreendeu positivamente desde o lançamento oficial, realizado em novembro de 2025, com participação de equipes internas, parceiros e convidados. “A forma como os colaboradores acolheram a construção do Código foi marcante. O processo vem resultando em uma eficácia clara, transparente e contagiante.”

Para Engelbert, o amadurecimento do programa será contínuo. “A cultura da empresa se fortalece e, com ela, novos desafios surgem. O Código precisa acompanhar essa evolução.”

Em um segmento frequentemente lembrado apenas pelo produto final entregue às obras, a Pedreira Central mostra que o verdadeiro diferencial competitivo pode estar nos bastidores: na organização, no respeito às pessoas, na clareza de processos e na coragem de investir em ética como valor estratégico.

Ao transformar governança em prática cotidiana, a empresa paranaense sinaliza ao mercado que o futuro da mineração de agregados não será construído apenas com rocha britada, mas também com confiança sólida.



Visão estratégica de Engelbert:

O CCE da Pedreira Central funciona como um balizador de valores. Ele padroniza comportamentos e define diretrizes que devem evitar conflitos de interesse e desvios de conduta, por meio exigências legais que reduzem riscos jurídicos e comportamentais. No mesmo caminho, fortalece a transparência e contribui para a governança na empresa.

No tocante à ética, principalmente, devem estar constantemente enaltecidas a cultura da integridade e as orientações, sempre claras.

Não apenas na Pedreira Central, mas em todas as organizações que dispõem de CCE, todas essas demandas devem estar bem estruturadas, claras e aplicadas em todos os níveis, fomentando a cultura organizacional e a credibilidade da empresa no mercado.

É notório que empresas com CCE sólidos demonstram confiabilidade e buscam estar em conformidade com as exigências regulatórias (a exemplo das existentes na União Europeia) e, assim, fortalecem a confiança com stakeholders. A caminhada para que a Pedreira Central chegue lá é uma questão de tempo.

A estrutura do Código:

Compliance trabalhista, com referência expressa à CLT (art. 482, que trata da justa causa), cumprimento de normas regulamentadoras, acordos coletivos e direitos relacionados a jornada, benefícios e licenças.

Proteção de dados, com alinhamento declarado à LGPD, incluindo regras sobre confidencialidade, uso de e-mail corporativo e monitoramento dentro dos limites legais.



Anticorrupção e integridade, vedando expressamente suborno, lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, com postura colaborativa com órgãos governamentais.

Política ambiental, com menção a relatórios auditados por empresa independente (LCB Consultoria e Projetos) e à proporção de 65% de preservação para 35% de extração — o que reflete aderência às licenças ambientais.

Registros fiscais e contábeis, exigindo conformidade com normas legais e sujeição a auditorias internas.

Prevenção: orientação para dilemas éticos com um roteiro de perguntas reflexivas (seção 2.2), declarações periódicas de conflito de interesse, treinamentos de compliance e termo de ciência assinado por todos os colaboradores.

Identificação: canal público no site da empresa ("Sugestões, Elogios, Reclamações e Denúncias"), denúncias anônimas ou identificadas e incentivo ao reporte de irregularidades de boa-fé.

Tratamento: o Comitê de Ética e Conduta (formado por membros da Diretoria, Gerências, RH e um representante dos colaboradores) analisa os relatos, implementa medidas corretivas e emite recomendações. As sanções são escalonadas, com fundamento na legislação trabalhista, desde advertência verbal até rescisão por justa causa e encaminhamento às autoridades competentes. Casos de fraude, corrupção e assédio devem ter tratamento prioritário.

Clientes institucionais (construtoras, prefeituras, empreiteiras) cada vez mais exigem de seus fornecedores comprovação de que operam de forma ética e sustentável. Ter um Código sólido ajuda a Pedreira Central a ser qualificada nesses processos trabalhistas.

Financiadores (bancos, linhas de crédito rurais/ industriais, investidores) têm adotado critérios ESG para liberar crédito. Uma pedreira com política ambiental documentada pode ter facilidade em acessar certas linhas de financiamento.

Órgãos reguladores (IBAMA, ANM, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, Ministério do Trabalho) fiscalizam justamente as áreas que o Código endereça, como: segurança do trabalho, impacto ambiental, direitos trabalhistas.

O Código oferece as seguintes garantias:

Canais disponíveis:

- Conversa com o superior imediato (primeira instância);
- Contato direto com um membro do Comitê de Ética e Conduta;
- Canal público no site da empresa ("Sugestões, Elogios, Reclamações e Denúncias").

Garantias oferecidas:

- Possibilidade de reporte anônimo ou identificado;
- Proibição expressa de retaliação, intimidação ou constrangimento contra quem utilize o canal de boa-fé;
- Tratamento com seriedade e sigilo pelo Comitê.



Minibiografia

Engelbert Schlögel nasceu em Curitiba, em 1966. Graduado em Letras e especialista em Gestão Educacional. Kursou mestrados em Educação e Literaturas da Língua Inglesa; e doutorado em Sociologia, Filosofia e Mundialização. Professor, consultor, escritor e voluntário em programas sociais no Brasil e outros dez países.

Como consultor (CCE), atuou em empresas na região metropolitana de Curitiba, assim como em Portugal, Polônia e Áustria.

Contato:
engelbertschlogel@gmail.com



Saiba mais:

pedreiracentral.com.br
Leia o QR Code com seu Smartphone.



 Luana Oliveira



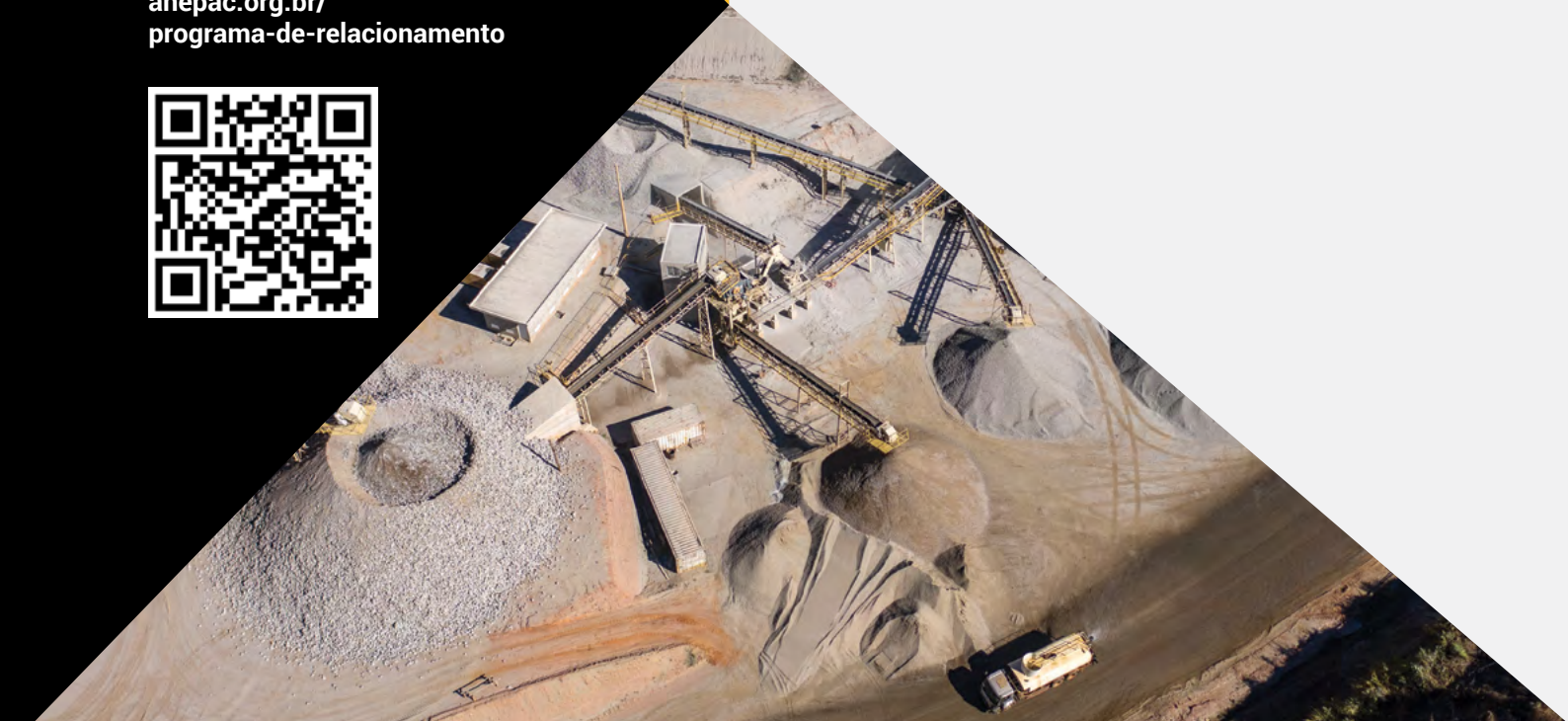
Conheça o
que a ANEPAC
pode fazer
para ajudar a
sua empresa



PROGRAMA DE **RELACIONAMENTO** **2026**

Baixe nosso
Mídia Kit

[anepac.org.br/
programa-de-relacionamento](https://anepac.org.br/programa-de-relacionamento)



1º Congresso Brasileiro de Agregados

Marco para o setor, evento reunirá, pela primeira vez, toda a cadeia produtiva da indústria de agregados no Brasil.



A mineração de agregados para construção é uma das principais atividades econômicas do país e está presente em obras viárias, de infraestrutura, edificações e nas estruturas de concreto erguidas no território nacional. O país consome aproximadamente 700 milhões de toneladas por ano, produzidas por mais de 2.800 empresas distribuídas por praticamente todos os municípios brasileiros. Apesar dessa centralidade para a economia, o setor nunca contou com um evento de abrangência nacional dedicado exclusi-

vamente aos desafios, tecnologias e os caminhos para o futuro.

Esse cenário começa a mudar em novembro deste ano. A ANEPAC realizará o 1º Congresso Brasileiro de Agregados, que acontecerá nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2026, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em São Paulo. Com público estimado de 500 participantes, o evento será a maior reunião da cadeia produtiva de agregados já realizada no

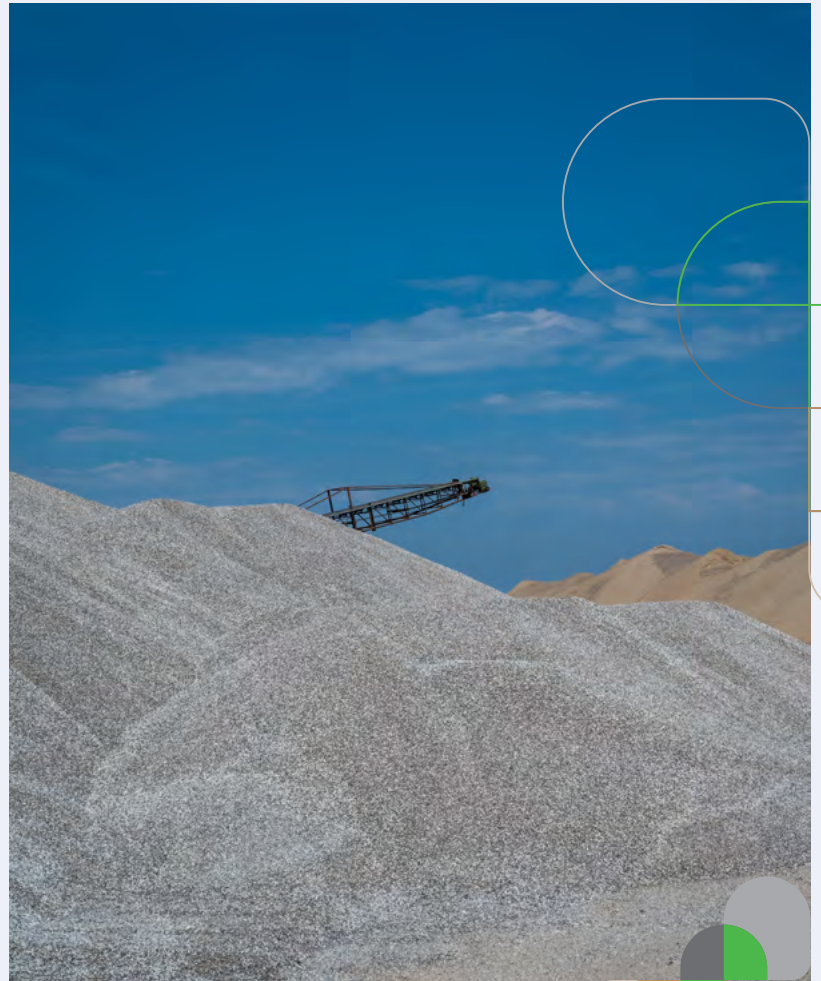


CAPA

Brasil e tem como objetivo criar uma plataforma permanente de debate estratégico, atualização técnica e fortalecimento institucional do setor.

O presidente executivo da ANEPAC, Víctor Bicca, sintetizou a dimensão da iniciativa ao apresentar o evento no seminário realizado pela Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, no Congresso Nacional, em abril deste ano: “É um convite que eu trago para todos. Estamos realizando um sonho antigo da ANEPAC, de 30 anos. O primeiro Congresso Brasileiro de Agregados será um marco para o setor.” A afirmação resume um sentimento compartilhado por empresários, entidades e profissionais que há anos identificavam a ausência de um espaço nacional exclusivo para o segmento, uma lacuna que o congresso vem preencher.

O evento foi pensado para atender às principais demandas do setor de agregados que ocupa uma posição singular na cadeia produtiva da construção civil. “Por ser diretamente sensível às variações regulatórias, ambientais e de mercado que afetam tanto as grandes mineradoras quanto o pequeno produtor regional, o setor de agregados demanda debates e tratamento específico que o enquadre devidamente”, explica Fernando Valverde, ex-presidente executivo e atual diretor de relações institucionais da ANEPAC. Valverde foi, em sua trajetória de quase três décadas na entidade, um árduo defensor da realização do congresso. Ele ressalta que, durante décadas, questões como licenciamento ambiental, ordenamento territorial, logística de distribuição e avanços em tecnologia de lavra e beneficiamento foram debatidas de forma fragmentada, em eventos de terceiros ou regionais como assembleias de sindicatos



e reuniões técnicas de alcance limitado. “Todo grande setor tem seu evento e precisávamos ter o nosso. Esse momento, felizmente, chegou”, comemora Valverde.

O 1º Congresso Brasileiro de Agregados nasce da avaliação de que o setor está maduro o suficiente para ter um fórum nacional próprio, um espaço onde produtores de todas as regiões do país estejam no mesmo ambiente para comparar experiências, alinhar posições e construir coletivamente respostas para os problemas que enfrentam no cotidiano da produção. A proposta é que o evento não seja apenas um encontro pontual, mas o começo de uma tradição e que se consolide como o principal ponto de encontro anual da indústria nacional de agregados.

O presidente do Conselho Diretor da ANEPAC, Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, reforçou





esse ponto no mesmo seminário do Congresso Nacional. "Não há desenvolvimento sem infraestrutura, e toda infraestrutura depende diretamente dos agregados." Partindo desse princípio, Auricchio entende que o congresso é também uma oportunidade de dar mais visibilidade a um setor que, apesar de sua importância, ainda luta para ser reconhecido em sua dimensão estratégica pelo poder público e pela sociedade.

Programação - A grade do 1º Congresso Brasileiro de Agregados foi organizada para cobrir, em três dias, os principais temas relacionados aos agregados para construção no Brasil e os desafios que impactam, direta ou indiretamente, a produção, o fornecimento e a comercialização dos produtos. Os temas foram escolhidos a partir das demandas identificadas pelos próprios produtores e lideranças setoriais. Na pauta, serão apresentadas questões ligadas ao ordenamento territorial e uso do solo, licenciamento ambiental e segurança jurídica, autorregulação, reforma tributária, avanços em tecnologia de lavra e beneficiamento, logística e distribuição.

O evento também trará para o Brasil a experiência de outros países, com apresentação de cases e relatos de representantes do Canadá, União Europeia e China.

O evento contará com a participação de empresários, líderes setoriais, representantes do poder legislativo federal e estadual, de entidades e de profissionais ligados ao setor de agregados em uma programação dinâmica dividida em palestras, mesas redondas e debates com especialistas e representantes do setor produtivo nacional e internacional.

No primeiro dia pela manhã está prevista a realização da mesa-redonda "Expansão e desafios da infraestrutura brasileira: o papel vital dos agregados" e no período da tarde, o congresso recebe palestras internacionais sobre a experiência da China e do Canadá e encerra o dia com mesa-redonda dedicada à expansão do mercado nacional de agregados.

Na manhã do segundo dia o evento trará palestra sobre a importância dos agregados para o concreto e uma relevante mesa redonda sobre ordenamento territorial, um dos temas mais sensíveis para os produtores de agregados diante da expansão urbana e das restrições de acesso às jazidas. À tarde, a programação é diversificada, com palestra internacional sobre projetos europeus de digitalização e sustentabilidade na mineração e painéis técnicos sobre tendências em plantas de agregados, remineralizadores de solo, produtividade e

CAPA

segurança em operações de lavra.

O terceiro e último dia do evento será dedicado a visitas técnicas, com oportunidade para que os participantes possam conhecer, in loco, experiências bem sucedidas de beneficiamento de agregados.

Palestrantes internacionais trazem experiências da China, Europa e Canadá

Um dos pontos de maior destaque da programação é a presença de palestrantes internacionais de países que estão na fronteira da produção e regulação de agregados. São quatro os representantes estrangeiros confirmados até o momento. A diretora do Departamento Internacional da Associação Chinesa de Agregados (CAA), Xu Bei Bei, foi convidada para apresentar a evolução tecnológica das pedreiras chinesas, que nas últimas décadas passaram de pequenas operações familiares para superpedreiras industrializadas capazes de abastecer em escala a segunda maior economia do mundo, uma trajetória com lições diretas para o processo de modernização que o setor brasileiro discute.

Na mesma linha, o espanhol Cesar Luaces Frade, presidente da Associação Europeia de Produtores de Agregados (ANEFA), terá duas participações na programação. No primeiro dia, abordará a política europeia de matérias-primas minerais e os desafios de acesso a recursos em contexto regulatório cada vez mais exigente. No segundo, apresentará os projetos DigiEcoQuarry e Rotate, iniciativas europeias que buscam digitalizar operações de extração de agregados e aumentar a circularidade e a sustentabilidade ambiental do setor.

Vindo do Canadá, Brent Morrey, presidente da Associação dos Produtores de Agregados do Canadá (APAC), apresentará as políticas públicas desenvolvidas na província de Ontário para a mineração de agregados, referência mundial em planejamento territorial e regulação do setor. E Jaume Puig, secretário-geral da Federação de Áridos (FdA) da Espanha, encerrará a programação do segundo dia com palestra sobre relações públicas e comunicação na mineração de agrega-

dos europeia, tema cada vez mais estratégico para um setor que precisa melhorar sua percepção junto à sociedade e ao poder público.

Para os participantes do evento, em especial os produtores de agregados, a presença desses especialistas será uma oportunidade inédita de acessar, de forma direta, os referenciais que guiam a discussão sobre agregados nos países mais avançados do setor.

Comitê Organizador - A programação do 1º Congresso Brasileiro de Agregados não foi elaborada de forma vertical por uma equipe externa ao setor. Ela é resultado do trabalho de um Comitê Organizador composto por lideranças que se voluntariaram para planejar o evento a partir das necessidades reais dos produtores, mapeando as "dores" do setor, identificando os temas de maior impacto no dia a dia das operações e selecionando os debatedores mais qualificados para cada painel.

O Comitê reúne representantes de diferentes regiões do país e de diferentes elos da cadeia de agregados, garantindo que o congresso reflita a diversidade do setor brasileiro e assegura que a programação seja sensível às especificidades regionais do setor. O resultado, na avaliação da organização, é uma grade de conteúdo construída de dentro para fora, pelos produtores, para os produtores.



1º Congresso
Brasileiro de
Agregados



Comitê Organizador:

Fernando Mendes Valverde - Presidente do Comitê Organizador
(ANEPAC) - São Paulo

Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio
(ABAREIAS/ANEPAC) - São Paulo

Victor Hugo Bicca
(ANEPAC) - Santa Catarina

Abdias Veras Neto
(Sindibrita-CE) - Ceará

Diego Gonçalves Saraiva
(Sindareia/ANEPAC) - São Paulo

Jorge Gai
(AMAS-PR) - Paraná

Ottávio Raul Carmignano
(ABREFEN) - Minas Gerais

Pedro Couto
(Sindibrita-RJ) - Rio de Janeiro

Sandra Maia de Oliveira
(ABAREIAS/ANEPAC) - São Paulo

Eduardo Machado Luz Jr.
(ANEPAC) - São Paulo

Eduardo Rodrigues de Freitas Machado
(AGABRITAS) - Rio Grande do Sul

“A parceria da FIESP representa o reconhecimento institucional de que a mineração de agregados é um tema que merece estar na agenda central do debate econômico e industrial brasileiro, não como atividade periférica, mas como base material indispensável para qualquer projeto de desenvolvimento do país”

Carlos Eduardo Auricchio

As informações sobre o 1º Congresso Brasileiro de Agregados estão disponibilizadas no site oficial do evento.

congressodeagregados.com.br



Saiba mais:

1º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGREGADOS

Data: 16, 17 e 18 NOV/2026

Local: FIESP
Avenida Paulista, 1313
São Paulo/SP

Público estimado:
500 participantes

Informações e inscrições:
congressodeagregados.com.br

Realização: ANEPAC
Patrocínio Master:
Metso | Caterpillar
Apoio Institucional: IBRAM | FIESP | Sindicatos do setor | Frentes Parlamentares
Apoio Editorial: Revista Brasil Mineral | Revista Agregados

Fonte: Assessoria de Comunicação da Anepac

Apoio - O 1º Congresso Brasileiro de Agregados conta com o apoio de duas grandes referências mundiais em equipamentos para mineração e construção como Patrocinadores Master: Metso e Caterpillar. A adesão das duas empresas ao evento se deu mesmo antes de seu lançamento e pode ser avaliada como um indicativo de que o fortalecimento do setor interessa, também, aos fornecedores de equipamentos e tecnologias para a mineração de agregados.

A Metso marcará presença na programação com Everson Cremonese, representante da empresa, apresentando palestra sobre tendências mundiais para plantas de agregados. A Caterpillar, por sua vez, terá Denis Caetano compondo o painel sobre produtividade, monitoramento e segurança na mineração de agregados.

O evento conta, também, com a importante parceria da FIESP que cedeu espaço em sua sede na Avenida Paulista para receber o congresso. A realização do congresso nas instalações da FIESP não é uma escolha apenas logística. Ao apoiar o evento, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo legitima a relevância dos agregados para a cadeia da construção civil e para o desenvolvimento da indústria nacional. “A parceria da FIESP representa o reconhecimento institucional de que a mineração de agregados é um tema que merece estar na agenda central do debate econômico e industrial brasileiro, não como atividade periférica, mas como base material indispensável para qualquer projeto de desenvolvimento do país”, afirma o presidente do Conselho Diretor da ANEPAC, Carlos Eduardo Auricchio.

Patrocine o 1º Congresso Brasileiro de Agregados

Sua marca ao lado de quem constrói o futuro da infraestrutura brasileira.



O 1º Congresso Brasileiro de Agregados reunirá, de 16 a 18 de novembro, na FIESP, em São Paulo, os principais empresários e lideranças do mercado de agregados para construção.

Por que patrocinar?

- ⦿ Evento nacional exclusivo da indústria de agregados para construção
- ⦿ 500+ participantes – Os maiores tomadores e decisões do setor estarão presentes
- ⦿ Gere novos negócios e amplie sua rede de relacionamentos

Chegou a hora de fazer parte deste marco para o setor.

Conheça as cotas de patrocínio e fale com nossa equipe.

1º Congresso
Brasileiro de
Agregados

Acesse:
congressodeagregados.com.br



REALIZAÇÃO:





ANEPAC reúne o setor em assembleia na Bahia e reforça agenda de representatividade

Com apoio da FIEB e Sindibrita-BA, a entidade reuniu lideranças para discutir os desafios comuns da mineração de agregados

Fortalecer a representatividade da mineração de agregados e aproximar as entidades estaduais da agenda nacional tem sido uma das prioridades da ANEPAC. Com esse objetivo, a entidade realizou mais uma Assembleia Geral itinerante, desta vez na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), em Salvador (BA).

Com o apoio da FIEB e do Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado da Bahia (Sindibrita-BA), o encontro teve participação, presencial e virtual, de lideranças de entidades representativas de diversos estados, como Bahia, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, além de empresas mineradoras e da Associação Brasileira de Cimento Portland



REPRESENTATIVIDADE

(ABCP). A participação de entes regionais reforçou, ainda mais, o caráter nacional da assembleia e a importância do diálogo entre os diferentes elos da cadeia produtiva.

Na abertura dos trabalhos, o presidente do Conselho Diretor da ANEPAC, Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, o Caco, lembrou que, independentemente da região do país, os problemas enfrentados pelo setor são muito semelhantes. A pressão da expansão urbana sobre áreas minerárias, as dificuldades no licenciamento ambiental e a necessidade de maior interlocução com os órgãos públicos exigem, segundo ele, uma atuação cada vez mais integrada. “Não vejo um caminho diferente que não seja o fortalecimento das nossas entidades, para que tenhamos uma maior representatividade na hora de defender nosso setor”, afirmou.

Auricchio destacou ainda que a mineração de agregados possui uma dimensão econômica que nem sempre é percebida pela sociedade. “Nós somos o maior setor mineral em volume. Só perdemos para a água. Enquanto o minério de ferro produziu cerca de 400 milhões de toneladas, nós ultrapassamos 700 milhões”, ressaltou. Para o presidente, esse peso econômico precisa ser acompanhado por uma representação institucional igualmente forte, que está sendo construída pela ANEPAC.

O presidente executivo da ANEPAC, Víctor Bicca, abriu os informes da diretoria executiva, confirmando a sanção, na véspera da assembleia, da Medida Provisória 1343, conhecida como a MP do frete, que, a partir de agora, passa a valer como lei e a ser efetivamente fiscalizada. Bicca alertou os associados sobre a necessidade de atenção às novas regras de CIOT, peso e carga mínima e isenções para caminhões elétricos, recomendando a consulta aos materiais explicativos já preparados pelo Sindipedras/SP e pela AMAS/PR sobre o tema.

A diretoria também retomou uma proposta antiga, a criação de um perímetro de segurança no entorno das minerações de agregados, à semelhança do que já existe para unidades de conservação e terras indígenas. A ideia foi formulada ainda em 2022 dentro da Agência Nacional de Mineração (ANM), a partir de uma



provocação do então presidente executivo, Fernando Valverde. Ela busca funcionar como um anteparo contra o avanço da urbanização sobre pedreiras e portos de areia. Sinaliza com antecedência que ali existe uma zona de transição para uma área de mineração. O mesmo tema voltou a ser pautado recentemente em reunião do Comin/Fiesp, e a expectativa é de que possa avançar nos próximos meses.



Agregados e carbono - Um dos destaques da assembleia foi a apresentação virtual de Cláudio Oliveira, gerente de sustentabilidade e inovação da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), sobre o papel dos agregados na redução da pegada de carbono do concreto. Oliveira explicou que, em uma mistura de concreto, o cimento responde, em média, por 88% da pegada de carbono, contra apenas 8% dos agregados, embora estes representem cerca de 70% do volume da mistura. Na prática, isso significa que otimizar a distribuição granulométrica dos agregados, evitando desperdício de cimento, é hoje uma das formas mais diretas e de menor custo para a cadeia reduzir emissões, dentro da meta de neutralidade de carbono que a indústria cimenteira brasileira persegue até 2050.

Congresso Brasileiro de Agregados - Uma conquista do setor, a realização do 1º Congresso Brasileiro de Agregados foi tratada com destaque na assembleia. O presidente executivo fez questão de reconhecer publicamente o empenho da diretoria da ANEPAC na articulação pela realização do evento, e coube ao diretor de relações institucionais, Fernando Valverde, apresentar o histórico e os detalhes do Congresso, que será realizado no período de 16 a 18 de novembro, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Valverde lembrou que o projeto nasceu em 2004, com o primeiro Seminário Internacional sobre Mineração de Agregados, e amadureceu ao longo de três edições patrocinadas que também impulsionaram a criação do Global Aggregates Information Network (GAIN), rede hoje sediada na União Europeia de Produtores de Agregados (UEPG) que reúne associações de agregados de todo o mundo a cada dois anos.

Boas práticas - A diretora de Meio Ambiente da ANEPAC e do Comin/Fiesp, Sandra Maia de Oliveira, aproveitou a assembleia para compartilhar iniciativas paulistas que podem inspirar outros estados. Ela apresentou o CadMinério, sistema voluntário de certificação criado pelo governo de São Paulo em 2022, que hoje impede a compra de areia e brita de empresas não certificadas nas licitações públicas realizadas pela Bolsa Eletrônica de Compras do estado. Sandra apresentou ainda o estudo “Recursos Minerais para a Construção: Panorama Setorial”, publica-

do pelo Comin/Fiesp, com o retrato econômico de todas as substâncias minerais ligadas à construção civil paulista.

A assembleia também recebeu uma apresentação de Bianca Pitanga, executiva do Sindibrita Bahia, que reforçou o protagonismo do sindicato baiano, que reúne 31 empresas associadas no estado. Bianca apresentou as principais iniciativas conduzidas pela entidade nos últimos dois anos e enfatizou a importância da realização da assembleia da ANEPAC na capital baiana. “Receber a Assembleia da ANEPAC aqui na Bahia é a confirmação de que estamos no caminho certo de um setor que caminha unido, trocando experiências e falando a mesma língua diante do poder público”, resumiu Bianca.

“Para além de uma formalidade estatutária, a Assembleia Geral em Salvador reforçou o caminho que a ANEPAC vem trilhando, que é de aproximar as entidades regionais, compartilhar experiências de sucesso e amplificar, em uníssono, a voz de um setor que sustenta, literalmente, a infraestrutura do país”, encerrou Caco Auricchio, resumindo o espírito da assembleia.



Fonte: Assessoria de Comunicação da Anepac

 Sindibrita/BA - ANEPAC



ANEPAC

31 ANOS DE COMPROMISSO
COM O SETOR DE AGREGADOS
DO BRASIL.

Conheça nossos produtos



PORTAL WEB **ANEPAC**



REVISTA **AREIA E BRITA**



FOLDER **INSTITUCIONAL**



EMAIL **MARKETING**



ENCONTRO DE NEGÓCIOS **ANEPAC**



CLIPPING DE **NOTÍCIAS**



Visite e acompanhe as novidades.
anepac.org.br



Vantagens de ser um associado ANEPAC:

1

Informações atualizadas
e soluções para os desafios
do setor

2

Assessoria nos assuntos
pertinentes à atuação
empresarial

3

Representatividade junto
aos poderes Legislativo e
Executivo em defesa de
interesses comuns



(11) 3171.0159



anepac@anepac.org.br



www.anepac.org.br

Fórum Sindibrita/BA 2026 debate o papel da mineração de agregados na Bahia

Realizado na sede da FIEB, o 2º Fórum Sindibrita reuniu profissionais do setor para discutir segurança jurídica, licenciamento ambiental e a importância econômica da mineração de brita no estado

O Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado da Bahia (Sindibrita/BA), realizou este ano mais uma edição do Fórum Sindibrita. O evento teve como principal objetivo dar visibilidade a um setor que, apesar de essencial para a infraestrutura do dia a dia, segue pouco conhecido pela população em geral.

Realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), o encontro reuniu, em mais de quatro horas, conteúdo técnico e institucional voltado a empresários, especialistas em direito mineral e representantes de órgãos reguladores.

A discussão partiu de um ponto recorrente no setor: passadas mais de duas décadas do século XXI, a mineração ainda é frequentemente associada, inclusive em materiais didáticos, à degradação ambiental, sem que se discuta o papel que os agregados desempenham na construção de cidades, moradias, estradas e hospitais. A atividade é exercida, na verdade, sob controle e regulação e sustenta boa parte da infraestrutura que garante mobilidade, moradia e serviços públicos essenciais.

Os números apresentados durante o Fórum ajudam a dimensionar essa relevância. A Bahia



REPRESENTATIVIDADE

conta hoje com 115 empresas formais de extração e britagem de pedra, responsáveis por quase 2 mil empregos diretos, com remuneração média acima de R\$ 3 mil, distribuídos por 17 municípios baianos. Os dados colocam o estado como o 7º maior polo produtor do Brasil e o principal do Nordeste, com R\$ 2,16 milhões arrecadados em CFEM apenas com a britagem, um retrato do peso econômico de uma atividade que, infelizmente, ainda não ocupa o espaço correspondente nas políticas públicas e no debate social.

A programação reuniu, como palestrantes, o advogado William Freire, referência em direito minerário no Brasil, Carla Ferreira, então diretora regional da Agência Nacional da Mineração (ANM), Eduardo Topázio, diretor-geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema)

e Rafael Valente, presidente do Grupo Civil, que mediou o evento. As apresentações abordaram, sob diferentes perspectivas, os principais desafios enfrentados pelas empresas de mineração de agregados no estado, como segurança jurídica, prazos de licenciamento e regularização de empreendimentos.

Segundo Bianca Pitanga, executiva do Sindibrita-BA, o evento surpreendeu pelo público e profundidade dos debates. A executiva explica que acredita nos desdobramentos do Fórum e em sua capacidade de gerar resultados positivos. “Quando colocamos direito minerário, meio ambiente e economia na mesma mesa, o que a gente ganha é clareza sobre os desafios que temos pela frente e sobre o tamanho da responsabilidade que a mineração de agregados carrega no desenvolvimento da Bahia”.



Fonte:

Assessoria de
Comunicação Sindibrita/BA

 Sindibrita/BA



História e homenagem - Congresso Nacional reconheceu importância da ANEPAC na representatividade do setor de agregados

Frente Parlamentar da Mineração Sustentável homenageia ANEPAC com honraria concedida pela Assembleia Legislativa de São Paulo.

O trabalho de mais de três décadas em prol do setor de agregados para construção culminou em um momento de reconhecimento público para a ANEPAC. A entidade foi homenageada no Congresso Nacional pela Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn), presidida pelo deputado federal Zé Silva, em reconhecimento à sua atuação em defesa da cadeia produtiva de areia e brita no Brasil. A solenidade integrou o seminário “O Papel Estratégico dos Agregados para o Futuro da Infraestrutura e a Construção de um Brasil Sustentável”, conduzido pelo deputado federal Arnaldo Jardim em parceria com o deputado estadual paulista Itamar Borges.

O evento reuniu autoridades, lideranças institucionais e representantes do setor para discutir os desafios e oportunidades da mineração de agregados no país. Estavam presentes, também, o então diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Mauro Henrique Souza, a diretora de Desenvolvimento Sustentável da Mineração do Ministério de Minas e Energia, Júlivia Alves e representantes do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

A abertura coube ao deputado federal Zé Silva, presidente da FPMIn, que contextualizou o evento dentro da missão que orienta o trabalho da Frente Parlamentar desde sua criação, que é garantir que a mineração brasileira disponha de um ambiente institucional à altura de sua importância econômica e social. Em sua intervenção, Zé Silva defendeu o fortalecimento da ANM como condição insubstituível para que o setor mineral cumpra seu papel. “A mineração só cumpre o seu papel e só será cada vez mais sustentável com uma agência nacional de mineração forte. Essa é uma bandeira da Frente Parlamentar”, afirmou. O parlamentar também propôs uma mudança de lingua-



HOMENAGEM



gem no debate público sobre a atividade: “Nós não falamos mais de exploração minerária, mas de aproveitamento, porque o que é bom se aproveita”, disse, ressaltando que as decisões fundamentais para o desenvolvimento do país são tomadas em Brasília e que a presença do setor naquele espaço é estratégica.

Homenagem — Na ocasião, o presidente do Conselho Diretor da ANEPAC, Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, recebeu, em nome da entidade, o Colar e a Placa de Honra ao Mérito Legislativo, a mais alta honraria concedida pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A entrega da honraria ficou a cargo do deputado estadual Itamar Borges, que narrou a trajetória de aproximação entre a Assembleia Legislativa de São Paulo e o setor de agregados. Borges lembrou que a Frente Parlamentar que coordena no Estado nasceu num

período de dificuldades acentuadas para a atividade. “Nós surgimos num momento de dificuldade, quando o setor enfrentava desafios com relação a licenciamento, informalidade e à imagem deturpada da atividade. Tudo isso fez com que criássemos a Frente Parlamentar, para que pudéssemos mostrar a verdade, debater políticas públicas e levar essa discussão a quem decide”, afirmou. O deputado destacou o caráter coletivo do reconhecimento: “Esse gesto simboliza o reconhecimento dos 94 deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo a um setor essencial”.

“Essa homenagem representa todos nós, mineradores de areia e pedra, de norte a sul, de leste a oeste. É um reconhecimento que transcende a nossa entidade. É, na verdade, um tributo a um setor essencial, silencioso, muitas vezes invisível aos olhos da sociedade, mas absolutamente indispensável para o desenvolvimento do nosso país”, afirmou Auricchio em sua mensagem de agradecimento. Ele reforçou, ainda, que não há desenvolvimento sem infraestrutura, e que toda infraestrutura depende diretamente dos agregados, presentes em estradas, pontes, escolas, hospitais e moradias. Auricchio também abordou os principais desafios do setor, como o acesso às reservas minerais diante da expansão urbana desordenada, os entraves no licenciamento ambiental, a informalidade e os gargalos logísticos. Também defendeu a necessidade de maior integração entre políticas públicas, planejamento urbano e atividade mineral. Além disso, destacou a importância de melhorar a percepção da sociedade sobre a mineração de agregados e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Auricchio destacou que, ao longo de três décadas, o setor cresceu de forma consistente, acompanhando e, muitas vezes, viabilizando o crescimento do país. Sublinhou que o Brasil ainda apresenta um consumo per capita de agregados inferior ao de economias mais desenvolvidas, o que, para ele, não indica limitação, mas demanda reprimida e potencial de crescimento associado ao déficit histórico de infraestrutura. E apresentou, aos deputados presentes, pontos que necessitam de resposta do poder público, como o acesso às reservas minerais. “Precisamos avançar em políticas públicas que garantam a proteção de áreas estratégicas para a produção de agregados, integrando planejamento urbano e planejam-



to mineral. Sem isso, corremos o risco de elevar custos, comprometer o abastecimento e impactar diretamente o preço da construção”, alertou.

Sobre o tema licenciamento ambiental, Auricchio deixou claro que não se trata de flexibilizar regras, mas de aprimorá-las, tornando-as mais eficientes, técnicas e alinhadas com a realidade do nosso setor. “A previsibilidade e a racionalidade regulatória são fundamentais para garantir investimentos e a segurança jurídica”, reforçou, explicando que o setor de agregados opera, em grande parte, com baixo impacto ambiental em comparação a outras atividades industriais, mas enfrenta processos de licenciamento frequentemente morosos e desproporcionais ao porte dos empreendimentos.

A informalidade foi apontada como o terceiro gargalo estrutural relevante. De acordo com o gestor, uma parcela significativa da produção de agregados ainda opera à margem da legalidade, gerando concorrência desleal para as empresas regularizadas, perda de arrecadação e riscos ambientais e sociais. “Combater a informalidade é proteger o setor sério, é garantir qualidade ao produto entregue à sociedade e é fortalecer a governança da atividade mineral”, afirmou Auricchio. A logística veio como quarto ponto crítico: a dependência quase exclusiva do modal rodoviário encarece o produto final, e a diversifi-

cação para ferrovias e hidrovias foi apresentada como caminho de ganhos significativos de eficiência para toda a cadeia.

Um dos aspectos mais estratégicos do setor, de acordo com o presidente do Conselho Diretor, é o da percepção pública da mineração de agregados. “Precisamos comunicar melhor quem somos, o que fazemos e por que fazemos. Precisamos mostrar que é possível, sim, conciliar a produção mineral com responsabilidade ambiental, recuperação de áreas e convivência harmônica com as comunidades”, disse. Ao encaminhar o raciocínio, Auricchio apresentou aos parlamentares três pilares que, na avaliação da ANEPAC, devem orientar o ambiente regulatório do setor: planejamento, com integração entre políticas urbanas, ambientais e minerais; segurança jurídica, garantindo previsibilidade para os investimentos; e sustentabilidade como valor central e inegociável da atividade.

Para o deputado federal Arnaldo Jardim, o discurso de Caco Auricchio foi um “verdadeiro manifesto do setor de agregados” ao compartilhar uma visão estruturada de como os agregados contribuem para o desenvolvimento do país. Para o legislador, o documento merece ampla visibilidade pela importância do seu teor e para que todos conheçam melhor o setor e sua relevância para o



HOMENAGEM



país. “Aqui tem um programa de diretrizes para o segmento, com uma visão estruturada de como ele contribui para o desenvolvimento da infraestrutura e do país”, afirmou, anunciando que o texto seria distribuído amplamente entre parlamentares e operadores de política pública.

Dados do setor - O presidente executivo da ANEPAC, Víctor Bicca, apresentou, durante o evento, os dados que dimensionam a atividade e o que ainda está por ser construído. Segundo ele, a produção brasileira de agregados fechou 2025 em 706 milhões de toneladas, sendo 412 milhões de areia e 294 milhões de brita, com crescimento de 8% em relação ao ano anterior, a despeito de todas as dificuldades do ambiente de negócios. Para efeito de comparação, foram produzidas mais toneladas de agregados do que de minério de ferro no mesmo período. O setor emprega diretamente cerca de 70 mil trabalhadores e reúne aproximadamente 2.800 empresas produtoras em todo o país.

Bicca ressaltou que o dado que mais evidencia o potencial de crescimento é o consumo per capita brasileiro de agregados, de cerca de 3 toneladas por habitante ao ano, enquanto países desenvolvidos operam entre 9 e 15 toneladas. “Não temos

dúvida quanto ao papel estratégico dos agregados. Se existe desenvolvimento, devemos isso, em grande parte, a esse setor. Na verdade, somos essenciais, tão essenciais que estamos dentro das cidades”, afirmou. O presidente executivo reforçou o tema do planejamento territorial, sublinhando a importância de pensar preventivamente o uso futuro das áreas mineradas.

Bicca também apresentou uma reivindicação em tramitação na ANM, a criação de um perímetro de segurança em torno das concessões de lavra, que estabeleceria restrições ao uso do solo no entorno das operações, não para desapropriar áreas, mas para evitar que o avanço urbano desordenado inviabilize progressivamente as jazidas. “Fechamento de mina, licenciamento ambiental e uso futuro têm que ser pensados antes de iniciar a mineração”, defendeu.

O seminário no Congresso Nacional demonstrou, na prática, que o trabalho realizado pela ANEPAC construiu, em mais de três décadas, um canal permanente de interlocução com o poder público, capaz de reunir, para debater, entidades, o poder legislativo e lideranças empresariais de vários estados da federação.





Propostas apresentadas ao Poder Legislativo

Em seu discurso no Congresso Nacional, o presidente da ANEPAC, Carlos Eduardo Auricchio, apresentou uma proposição de ações consideradas pela entidade como essenciais para o desenvolvimento do setor.

1. Proteção e planejamento de áreas minerais

- Criação de políticas públicas que garantam a preservação de áreas estratégicas para a produção de agregados.
- Integração do planejamento mineral ao planejamento urbano, evitando que a expansão das cidades esterilize jazidas essenciais ao abastecimento.
- Criação de perímetro de segurança em torno das concessões de lavra, com processo administrativo já em tramitação na Agência Nacional de Mineração (ANM).

2. Racionalização do licenciamento ambiental

- Aprimoramento, e não flexibilização, dos processos de licenciamento ambiental para o setor de agregados.
- Adoção de procedimentos mais eficientes, técnicos e proporcionais ao porte e impacto real dos empreendimentos.
- Garantia de previsibilidade e racionalidade regulatória como condição para a segurança jurídica dos investimentos no setor.

3. Combate à informalidade

- Criação ou fortalecimento de mecanismos de fiscalização e regularização das empresas que operam à margem da legalidade.
- Proteção do setor formal diante da concorrência desleal da produção informal.
- Garantia de qualidade do produto entregue à sociedade e fortalecimento da governança da atividade mineral.

4. Diversificação modal para logística de agregados

- Ampliação do uso de ferrovias e hidrovias no transporte de agregados, reduzindo a dependência quase exclusiva do modal rodoviário.
- Redução dos custos logísticos e do preço final do produto, com ganhos de eficiência para toda a cadeia produtiva.

5. Percepção pública e comunicação institucional da mineração

- Apoio institucional do legislativo para ampliar a visibilidade positiva da mineração de agregados junto à sociedade.
- Demonstração de que é possível conciliar produção mineral com responsabilidade ambiental, recuperação de áreas degradadas e convivência harmoniosa com as comunidades.
- Valorização das áreas mineradas recuperadas como ativos sociais.

Pilares estratégicos para o ambiente regulatório

I. Planejamento

Integração de políticas urbanas, ambientais e minerais, garantindo compatibilidade entre o crescimento das cidades e a preservação das fontes de matérias-primas essenciais.

II. Segurança jurídica

Previsibilidade regulatória e proteção dos investimentos, assegurando condições estáveis para a operação e a expansão das empresas produtoras de agregados.

III. Sustentabilidade

Valor central e inegociável da atividade, com ênfase na responsabilidade ambiental, na recuperação das áreas lavradas e na integração com as comunidades do entorno.



Saiba mais:

O vídeo do evento está disponível na íntegra em:

www.camara.leg.br/evento-legislativo/81604

Leia o QR Code com seu Smartphone.



FPMIn / ANEPAC

VISITE O NOSSO PORTAL

DO SETOR DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO



O site oferece conteúdo completo do setor de agregados para construção. **Notícias, eventos, artigos, publicações e muito mais.**

Fonte de consulta para empresas, entidades, universidades, profissionais, estudantes e pessoas interessadas.



Site
dinâmico



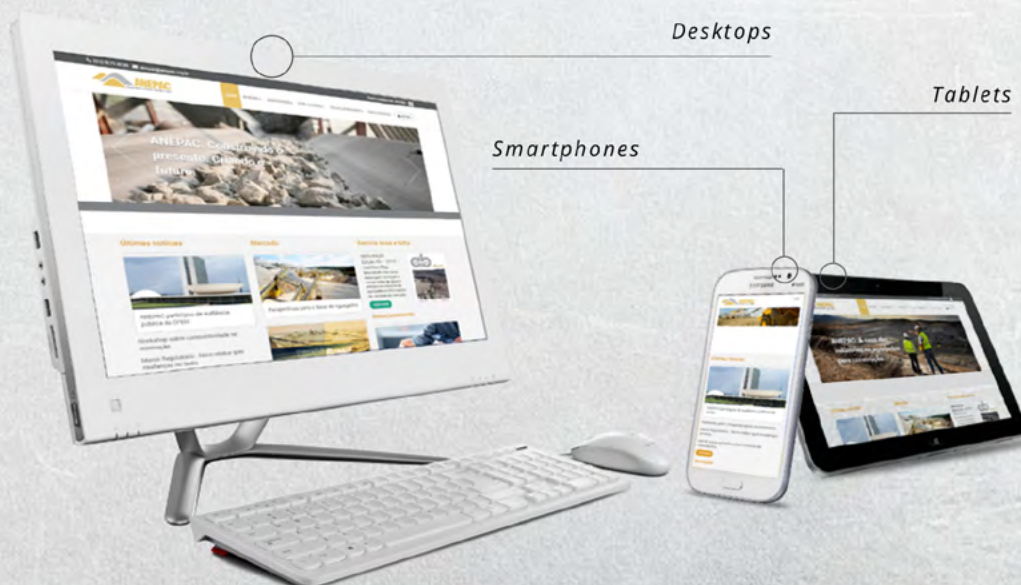
Atualização
constante



Design
responsivo

Visite e acompanhe
as novidades.

anepac.org.br





Superior apresenta britador Patriot® e peneira inclinada Anthem®, na Exposibram 2026

Toda a linha de britadores cônicos Patriot® com modelos que vão de 200 a 600 HP, assim como a peneira inclinada Anthem®, são fabricados no Brasil. Os equipamentos são ideais para aplicações severas

A busca por maior produtividade na mineração passa, necessariamente, pela capacidade de processar grandes volumes de materiais abrasivos sem comprometer a disponibilidade dos equipamentos. É nesse ambiente marcado por operações contínuas e condições severas de trabalho, que a Superior Industries do Brasil apresentará duas de suas principais linhas durante a Exposibram 2026: o britador Patriot e a peneira inclinada Anthem.

Mais do que apresentar duas máquinas de grande porte, a participação da Superior colocará em evidência aspectos que se tornaram decisivos para o desempenho das plantas minerais:

pressão de britagem, proteção contra materiais não britáveis, redução de vibrações, facilidade de manutenção e resistência estrutural.

A linha Patriot possui modelos para atender tanto às pedreiras e produtores de agregados, quanto às operações de mineração. A robustez da construção é uma das características que aproximam o equipamento das demandas da mineração. De acordo com Vinicius Marretto, coordenador de Engenharia de Aplicação da Superior Industries do Brasil, a massa estrutural do britador e a pressão exercida sobre a câmara favorecem sua utilização no processamento de materiais mais exigentes.



TECNOLOGIA



Na britagem cônica, essa pressão é um fator diretamente relacionado à capacidade de fragmentação. O conjunto precisa suportar forças elevadas sem perder estabilidade, especialmente em operações sujeitas a variações na alimentação e à presença eventual de fragmentos não britáveis.

“O Patriot reúne elevada pressão de aperto sobre a câmara de britagem e uma carcaça bastante robusta. São atributos importantes para operações pesadas, nas quais o equipamento fica exposto a esforços elevados e precisa manter regularidade durante ciclos prolongados de trabalho”, acrescenta Marretto.

Cilindros invertidos protegem o sistema de alívio

Entre as particularidades construtivas da linha Patriot está o posicionamento dos cilindros hidráulicos de alívio voltados para baixo. A solução mantém as hastes dos cilindros menos expostas ao ambiente de britagem, reduzindo seu contato com poeira e outros contaminantes encontrados na operação.

O sistema é acionado quando um corpo não britável entra na câmara. Nesse momento, os cilindros permitem a elevação do conjunto e a abertura temporária da câmara, criando espaço para que o material atravesse o equipamento sem provocar danos de maior gravidade.

“Quando os cilindros são posicionados para baixo, suas hastes ficam mais protegidas durante

a operação. É um detalhe técnico bastante valorizado em campo, porque esses componentes atuam justamente em uma condição crítica, que é a passagem de um material não britável”, afirma Marretto.

Os seis cilindros compartilham um único acumulador hidráulico. A adoção de um acumulador comum simplifica o circuito e reduz o número de componentes sujeitos a inspeções, intervenções e substituições, contribuindo para tornar a manutenção mais direta.

Outro recurso de proteção está no sentido de ajuste do britador. No projeto da linha Patriot, o movimento de abertura ocorre no sentido anti-horário. Em uma situação na qual o material preso na câmara transfira força ao sistema de regulagem, a tendência é de abertura do equipamento, e não de fechamento adicional.

Na prática, isso evita que uma condição anormal de operação aumente ainda mais a pressão sobre o conjunto. “Caso essa força chegue ao sistema de ajuste, o britador tende a abrir e liberar pressão. O princípio construtivo ajuda a proteger o equipamento quando ocorre uma sobrecarga ou quando um material fica preso na câmara”, detalha o coordenador.

Engrenagens helicoidais reduzem ruído e vibração

O sistema de acionamento do britador utiliza



pinhão e engrenagem com dentes helicoidais. Em comparação com as engrenagens de dentes retos, a geometria proporciona um contato mais progressivo entre os componentes durante a transmissão de potência.

Entre os resultados estão a redução do ruído e da vibração, além de uma transferência mais suave da energia. O desenho também facilita a realização dos ajustes necessários à medida que os componentes sofrem o desgaste natural da operação. Esse aspecto ganha relevância em equipamentos de britagem, nos quais a vibração faz parte do processo e pode acelerar a degradação de componentes quando não é devidamente controlada.

“Todo equipamento começa a sofrer desgaste a partir do momento em que entra em operação. Quando conseguimos reduzir vibrações e melhorar o contato entre as engrenagens, desaceleramos parte desse processo e contribuimos para preservar o conjunto mecânico”, observa Marretto.

Peneira de mineração para diferentes mercados

A segunda atração da Superior na Exposibram será a peneira inclinada Anthem 8 x 20. O conceito adotado pela fabricante percorre um caminho diferente do habitual: em vez de adaptar uma peneira inicialmente desenvolvida para agregados às exigências da mineração, a empresa parte de uma estrutura concebida para aplicações minerais severas e cria configurações que também podem atender ao mercado de agregados.

“A robustez é provavelmente a característica que mais chama a atenção nessa peneira. Trata-se de um equipamento preparado para mineração e para ciclos pesados de trabalho. A partir dessa plataforma, estamos desenvolvendo versões direcionadas também ao segmento de agregados”, explica Marretto.

A estrutura inclui chapas laterais reforçadas, pontos de fixação dimensionados para esforços elevados e decks preparados para receber tanto telas de aço quanto de borracha. As áreas internas sujeitas ao fluxo de material podem utilizar revestimento metálico resistente à abrasão ou revestimento de borracha, de acordo com as caracterís-

ticas de cada aplicação.

O equipamento exposto na feira mede aproximadamente 2,5 metros de largura por 6,1 metros de comprimento. Sua caixa de alimentação integrada também recebe revestimentos definidos de acordo com o minério processado, ajudando a proteger a região que absorve o primeiro impacto do material.

Com peso aproximado de 13,5 toneladas, o modelo traduz fisicamente a proposta da linha. “É uma construção realmente forte. O corpo, as laterais, as fixações e os revestimentos foram definidos para suportar materiais pesados e operações de alta exigência”, resume o engenheiro.

Dois mecanismos distribuem a vibração pela estrutura

A Anthem 8 x 20 conta com dois mecanismos vibratórios de eixos excêntricos. A configuração permite distribuir a ação vibratória pelo corpo da peneira, mantendo amplitude nos diferentes pontos da estrutura e favorecendo a movimentação do material sobre toda a área de classificação.

Os mecanismos trabalham com lubrificação a óleo, uma solução adequada a ciclos prolongados e aplicações severas. O óleo auxilia no controle das variações térmicas e na proteção dos rolamentos, enquanto os rolamentos autocompensadores absorvem pequenos desalinhamentos gerados pelo movimento contínuo do conjunto.

“Em um regime pesado, as variações de temperatura precisam ser consideradas. A lubrificação a óleo favorece a longevidade operacional dos mecanismos e dos rolamentos, enquanto os dois acionamentos ajudam a distribuir a vibração por todo o corpo da peneira”, diz Marretto.

Além do britador Patriot e da peneira Anthem 8 x 20, a Superior apresentará na Exposibram os roletes para mineração, as telas de borracha e o sistema Vantage® Automação e Monitoramento, que permite acompanhar em tempo real o desempenho das máquinas, além de registrar históricos de operação, manutenção e paradas.



Exposibram 2026
Expo & Congresso Brasileiro de Mineração
Data: 24 a 27 Ago/2026
Local: Expominas – Avenida Amazonas, 6.200, Gameleira, Belo Horizonte (MG)

Mais informações para a imprensa
 Santelmo Camilo
 (13) 98178-7338
santelmo.camilo@superior-ind.com



MERCADO

Mineração cresce 8,2% no primeiro semestre e mantém rota de investimentos

Levantamento do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) mostra alta no faturamento, geração de empregos e ciclo de investimentos

O setor mineral brasileiro fechou o primeiro semestre de 2026 (1S26) com faturamento de R\$ 150,7 bilhões, alta de 8,2% em relação ao mesmo período de 2025, segundo o levantamento “Setor Mineral – 1º Semestre 2026”, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Os números confirmam a trajetória de expansão da atividade mineradora no país e trazem sinais relevantes para a cadeia de agregados para construção civil e infraestrutura.

Além do faturamento, o setor registrou 229.614 empregos diretos em maio de 2026 (dado mais recente do Novo CAGED), com geração líquida de 421 novas vagas entre janeiro e maio. A arrecadação de tributos somou R\$ 52 bilhões no semestre, incluindo R\$ 3,8 bilhões em Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).

Panorama geral do semestre

O resultado positivo do faturamento setorial foi puxado principalmente pelo minério de ouro (+44,2%) e pelo minério de cobre (+41,0%), que compensaram a retração de 3,1% no minério de ferro, ainda assim o principal produto do setor, respondendo por 47,2% do faturamento total (R\$ 71,2 bilhões). Minas Gerais segue como o estado de maior participação no faturamento (38,2%), seguido por Pará (34,6%) e Bahia (5,0%).

No comércio exterior, as exportações minerais somaram 196,2 milhões de toneladas (+2,4%) e US\$ 25,1 bilhões (+24,1%), enquanto as importações minerais cresceram 18,9% em dólar, totalizando US\$ 4,8 bilhões. O saldo da balança comercial mineral atingiu US\$ 20,3 bilhões — equivalente a 48% de todo o superávit comercial brasileiro no período.

Perspectiva de investimento

A estimativa de investimentos em projetos do setor mineral para o período 2026-2030 é de US\$ 76,9 bilhões, um aumento de 12,5% em relação à previsão anterior (2025-2029, de US\$ 68,3 bilhões). Desse total, US\$ 21,3 bilhões (+15,2%) estão direcionados a minerais críticos e estratégicos — grafita, vanádio, nióbio, cobre, níquel, terras raras, bauxita, lítio, titânio e zinco.

Minas Gerais concentra a maior fatia dos investimentos previstos (25,6%, ou US\$ 19,7 bilhões), seguido por Pará (19,1%) e Bahia (15,2%). A carteira setorial reforça a tendência de manutenção de obras de mineração e logística associada em regiões que também concentram operações de agregados minerais para construção civil.

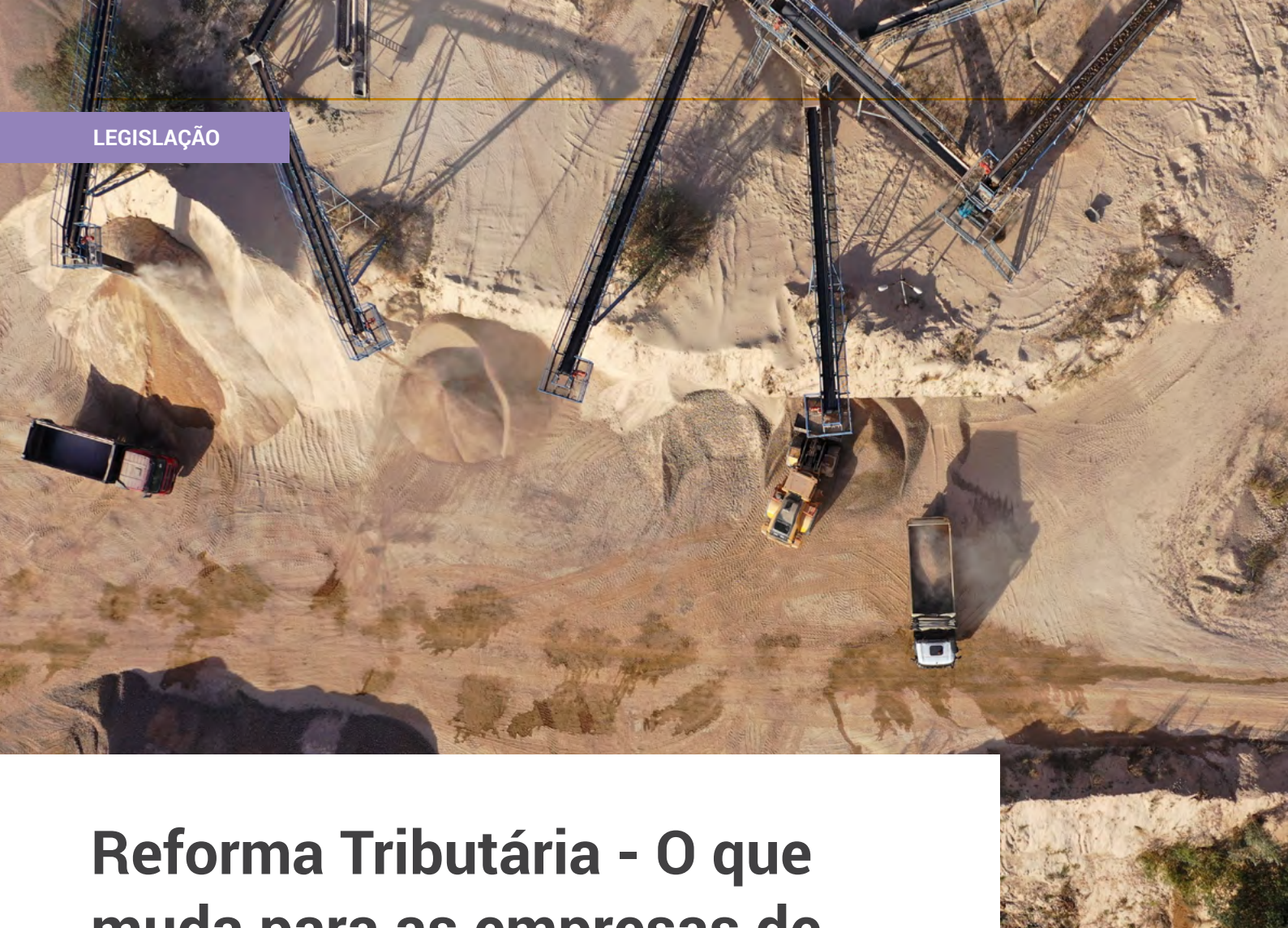
Tributos, CFEM e municípios mineradores

A arrecadação total de impostos e tributos pelo setor mineral somou R\$ 52 bilhões no 1º semestre (+8,2%), enquanto a CFEM avançou 3,6%, para R\$ 3,8 bilhões. Minas Gerais concentrou 44,4% da CFEM arrecadada e o Pará, 39,2%. O minério de ferro segue como a substância de maior peso na arrecadação de CFEM (65,1%), seguido pelo minério de cobre (10,9%) e pelo minério de ouro (10,0%); o calcário dolomítico respondeu por 1,8% do total.

O levantamento também mostra que 2.695 municípios brasileiros, 48% do total, recolheram CFEM no período, reforçando a capilaridade da atividade mineradora, inclusive da extração de rochas e agregados, pelo território nacional.



Fonte: IBRAM



Reforma Tributária - O que muda para as empresas de agregados a partir de 2027

Mineradoras de areia e brita precisam entender o que muda, mapear seus processos e se antecipar a um cronograma que se estende até 2033.

Aprovada pelo Congresso Nacional por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, em sua etapa mais relevante, pela Lei Complementar nº 214/2025, a reforma tributária do consumo substitui, de forma gradual, cinco tributos, PIS, Cofins, ICMS, ISS e, em parte, o IPI, por três novos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), compartilhado entre estados e municípios; e o Imposto Seletivo (IS), que incide sobre bens e atividades considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A transição entre o sistema atual e o

novo modelo se estende até 2033.

O ano de 2026 está sendo chamado, pelo próprio Fisco, de “ano-teste”. Desde já é obrigatória a emissão de documentos fiscais eletrônicos com o destaque individualizado da CBS e do IBS em cada operação, mas o recolhimento efetivo dos dois tributos, hoje com alíquotas simbólicas de 0,9% e 0,1%, respectivamente, está dispensado, conforme Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1/2025. Para apoiar essa fase, a Receita Federal lançou o Portal Nacional da Tributação de Bens e Serviços (consumo.tributos.gov.br), que reúne ferramentas

LEGISLAÇÃO

como a “Apuração Assistida de CBS”, capaz de simular débitos e créditos a partir das operações de cada empresa.

A mudança de fato começa em 1º de janeiro de 2027, quando PIS e Cofins são definitivamente extintos e a CBS passa a ser cobrada com alíquota integral ainda a ser fixada pelo Senado Federal até 31 de outubro deste ano, com base em cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU). O Imposto Seletivo também entra em vigor nessa data. Já o IBS segue em fase de teste até 2028, com alíquota simbólica de 0,1%, convivendo com o ICMS e o ISS. A transição definitiva desses dois tributos estaduais e municipais para o IBS ocorre, de forma gradual, somente entre 2029 e 2032, quando os regimes antigo e novo coexistirão.

O que muda para as empresas, de modo geral

Na prática, o novo sistema representa uma mudança estrutural na lógica da tributação sobre o consumo no Brasil. O modelo elimina a cumulatividade dos tributos federais e amplia de forma significativa o direito ao crédito. Passam a gerar crédito não apenas os insumos diretamente aplicados na produção, mas também bens, serviços e direitos usados na administração da empresa, atualmente onerados, na maioria das vezes, e sem possibilidade de recuperação. Também muda a forma de recolhimento: empresas do Lucro Presumido, hoje sujeitas a uma alíquota cumulativa fixa de 3,65% de PIS/Cofins, passam a recolher CBS pela regra geral, não cumulativa. Já as optantes pelo Simples Nacional poderão escolher, a partir de setembro de 2026, entre manter o recolhimento unificado (DAS) ou migrar para um modelo híbrido, em que CBS e IBS são apurados separadamente, fora da guia única, preservando o direito a crédito integral.

Outra novidade operacional é o split payment, mecanismo pelo qual o valor do tributo é automaticamente segregado no momento do pagamento e recolhido diretamente pelo sistema financeiro. Em 2027, a ferramenta ainda será opcional e restrita a operações entre empresas (B2B), servindo como período de teste antes de eventual ampliação.



O que muda especificamente para o setor de agregados

Para a mineração de areia e brita, o impacto mais direto é o fim do diferimento do ICMS, mecanismo que hoje permite postergar o pagamento do imposto em vendas realizadas dentro do próprio estado e que responde pelo principal benefício fiscal do setor mineral. Para alguns especialistas da área tributária, esse é o ponto que mais preocupa, porque o diferimento é o principal benefício da mineração em alguns estados. Na prática, a mineradora que hoje vende com o ICMS diferido passará a apurar normalmente o IBS e a CBS, o que pode ou não ser repassado ao preço, a depender da negociação comercial com clientes.

Por outro lado, outros especialistas avaliam que a perda do diferimento tende a ser parcialmente compensada pela não cumulatividade plena do novo sistema. Hoje, uma mineradora de agregados compra máquinas, equipamentos, energia elétrica e combustível, além de diversos serviços sujeitos ao ISS, com pouca ou nenhuma possibilidade de recuperar o imposto pago nessas aquisições. Com a reforma, esses gastos passam a gerar crédito integral de CBS e IBS, reduzindo o



custo real da operação, movimento que tende a beneficiar, sobretudo, empresas com alto volume de investimento em equipamentos e frota, perfil comum entre as mineradoras de agregados.

A mudança também reforça um debate que já ocupa a pauta institucional do setor, que é a perda gradual dos incentivos fiscais estaduais como diferencial de localização, por exemplo. A decisão sobre onde abrir uma nova pedreira passa a depender ainda mais de fatores estruturais, como proximidade dos centros consumidores, acesso a rodovias e portos, e custo logístico de transporte, um dos pontos exaustivamente debatidos pela ANEPAC. Sem benefícios fiscais e um ordenamento territorial adequado, a mudança tende a gerar mais custos para os produtores de areia e brita.

Outro ponto que o setor mineral acompanha de perto é o Imposto Seletivo sobre bens minerais extraídos. A Lei Complementar 214/2025 estabelece que a alíquota do IS sobre a extração mineral não poderá superar 0,25% do valor da operação e, diferentemente de outros produtos, incide mesmo quando o minério é destinado à exportação. Os exemplos mais citados na regulamentação até aqui são o minério de ferro, o petróleo e o gás natural; a lista definitiva de bens minerais efetivamente sujeitos ao tributo, porém, depende de lei ordinária específica e de detalhamento, o que ainda gera incerteza sobre o alcance da cobrança para areia e brita.

Somam-se a isso os convênios de ICMS, que hoje garantem não incidência ou isenção em operações específicas, como a aquisição de determinados equipamentos industriais usados na movimentação de minério. Esses benefícios, segundo especialistas, também devem deixar de existir até 2033, no mesmo ritmo da extinção do ICMS.

Ponto de atenção: a nova tributação de dividendos

Além da reforma do consumo, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026 a Lei nº 15.270/2025, que passou a tributar a distribuição de lucros e dividendos, até então isenta de Imposto de Renda no Brasil. A lei prevê retenção de 10% na fonte sobre valores que ultrapassem R\$ 50 mil por sócio em um mesmo mês, além de um imposto mínimo anual (IRPFM) para pessoas físicas com

renda total superior a R\$ 600 mil por ano. A regra tem relevância direta para empresas familiares, perfil comum no setor de agregados. A lei previa uma janela de transição, encerrada em 31 de dezembro de 2025, para aprovar formalmente a distribuição de lucros apurados até aquela data e mantê-la isenta, mesmo com pagamento posterior. Empresas que fizeram essa opção devem manter atas e documentação societária organizadas, já que o tema é objeto de questionamentos judiciais, inclusive quanto ao prazo de apuração fixado na lei.

Guia rápido sobre o assunto



Para o Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP (Decomtec), a principal tarefa das empresas em 2026 não é discutir alíquota, mas se preparar operacionalmente para a transição que começa de fato em 2027, já que erros fiscais, de parametrização de sistemas e de precificação tendem a custar mais caro até mesmo que a própria carga tributária.

O quadro a seguir resume o cronograma da reforma e as providências recomendadas para cada etapa.

Período	O que acontece	O que a empresa deve fazer
2026 (ano-teste)	Emissão obrigatória de documentos fiscais com CBS/IBS destacados; recolhimento ainda dispensado (alíquotas simbólicas de 0,9% e 0,1%).	Ajustar ERPs, cadastros fiscais e treinar equipes; usar a Apuração Assistida do Portal Nacional de Tributação.
Setembro/2026	Abre a 1ª janela para o Simples Nacional optar pelo recolhimento híbrido do 1º semestre de 2027.	Avaliar, com o contador, se compensa sair do DAS unificado para o modelo híbrido.
Até 31/10/2026	Senado fixa a alíquota de referência da CBS para 2027.	Simular cenários de carga tributária com base na alíquota de referência.
01/01/2027	Fim do PIS/Cofins; CBS com alíquota integral; início do Imposto Seletivo.	Revisar contratos com fornecedores/clientes fechados no fim de 2026 para entrega em 2027; usar créditos acumulados de PIS/Cofins e IPI.
2027-2028	Split payment ainda opcional (só B2B); IBS segue em fase-teste (0,1%), convivendo com ICMS e ISS.	Testar o split payment e mapear a adimplência fiscal de fornecedores e clientes.
2029-2032	Transição gradual de ICMS e ISS para o IBS, com convivência entre os regimes.	Acompanhar o calendário estadual/municipal de transição e o fim dos convênios de ICMS.

Tributação de dividendos: o que ficou definido

Situação	O que muda
Até 31/12/2025 (prazo já encerrado)	Janela para aprovar, em ata, a distribuição de lucros apurados até 2025 e mantê-la isenta, mesmo com pagamento posterior.
A partir de 01/01/2026	IRRF de 10% sobre lucros/dividendos que ultrapassem R\$ 50 mil/mês por sócio, retido na fonte pela empresa.
Renda anual > R\$ 600 mil (pessoa física)	Incidência do IRPFM (Imposto de Renda de Pessoa Física Mínimo), com alíquota progressiva de até 10%.
Sócios/empresas no exterior	Retenção de 10% na fonte sobre lucros e dividendos remetidos, independentemente do valor.

Fontes: Emenda Constitucional nº 132/2023; Lei Complementar nº 214/2025; Lei nº 15.270/2025; FIESP/Decomtec – “Reforma Tributária: transição do sistema tributário, próximas etapas e orientações gerais” (mar/2026); Sindipedras – “Lei Federal 15.270/2025: o que muda na tributação de dividendos e como se preparar”; Portal da Reforma Tributária; CBIC.



Saiba mais:

consumo.tributos.gov.br



MP do Frete vira lei e endurece regras

Lei 15.485, sancionada em 5 de agosto de 2026, converte a MP em legislação permanente

A Medida Provisória do Frete (MP 1.343/2026), foi sancionada no dia 5 de agosto e convertida na Lei 15.485 definitiva. O novo texto eleva substancialmente as punições a contratantes e intermediadores que desrespeitarem o piso nacional do frete e torna mais rigorosa a fiscalização exercida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Para o setor de agregados, que depende de forma quase exclusiva do modal rodoviário e figura entre os maiores contratantes de frete do país em volume de tonelage transportada, as novas regras têm impacto direto nas operações e exigem atenção dos gestores e departamentos jurídicos das empresas produtoras.

As principais mudanças estão na estrutura de penalidades. Enquanto a regra anterior previa multas entre R\$ 550 e R\$ 10,5 mil, conforme a Resolução ANTT 5.867, de 2020, a nova lei cria uma escala progressiva e muito mais severa. Na primeira infração por contratação abaixo do piso, a empresa fica obrigada a pagar ao transportador o equivalente ao dobro do valor total do contrato e não apenas o dobro da diferença, como era antes. A partir da segunda infração num período de 12 meses, incide multa de até R\$ 1 milhão, dobrando a cada nova reincidência. E casos mais graves podem resultar na suspensão do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC).

Outra mudança relevante diz respeito à responsabilidade pessoal, pois os administradores e controladores das empresas poderão ser diretamente afetados pelas sanções em casos de fraude ou abuso na contratação. Anteriormente, essa responsabilidade era limitada a sócios e integrantes do grupo

econômico. A lei também prevê que, se o transportador autônomo for contratado pelo valor correto do piso, mas não receber o pagamento em até 30 dias, a empresa poderá ser obrigada a quitar o valor atualizado, pagar multa de R\$ 10,5 mil e ter suas atividades de transporte restritas.

No campo da prevenção, a lei modifica a lógica do Código Identificador da Operação de Transporte (Ciot). Pelo novo regime, o sistema só aceitará a geração do Ciot quando o valor declarado do frete estiver em conformidade com o piso mínimo. O documento passa a ser obrigatório para todas as operações remuneradas de transporte, não apenas para transportadores autônomos, e sua emissão irregular sujeita a empresa a multa de R\$ 10,5 mil.

A lei chegou ao texto final com 22 vetos presidenciais. Foram rejeitadas, por exemplo, a anistia a infratores com multas já inscritas em dívida ativa, a flexibilização do limite de peso fiscalizado por eixo (que permanece em 50 toneladas, e não os 74 toneladas propostos pelo Congresso), a obrigação de adiantamento de 70% do valor dos contratos e a participação dos bancos na fiscalização do pagamento.

As punições relativas a obrigações acessórias, como as regras de geração do Ciot, serão tratadas inicialmente em caráter orientativo até que a lei seja devidamente regulamentada. Nesse sentido, é recomendado que as empresas avaliem desde já, com suas equipes jurídicas e de logística, a aderência de seus contratos de transporte às novas exigências, considerando especialmente a nova fórmula de cálculo das indenizações e os riscos de responsabilização de administradores.

SITUAÇÃO / INFRAÇÃO	COMO FICA	COMO ERA
1ª contratação abaixo do piso	Indenização de 2X o valor total do contrato	Antes: 2X apenas a diferença até o piso
2ª infração em 12 meses	Multa de até R\$ 1 milhão (dobro em reincidência)	Antes: multa de R\$ 550 a R\$ 10,5 mil
+ de 4 infrações em 6 meses	Suspensão do RNTRC por 5 a 30 dias	Critério de reincidência mais rápido e pena mais clara
2 suspensões do RNTRC em 2 anos	Cancelamento definitivo do RNTRC	Antes: 2 suspensões em 1 ano
Não pagamento em até 30 dias (mesmo com valor correto)	Valor atualizado + multa de R\$ 10,5 mil + restrição de atividades	Regra nova
Ciot emitido com valor abaixo do piso	Multa de R\$ 10,5 mil; sistema não aceitará o registro	Antes: qualquer valor era aceito; fiscalização era posterior
Fraude ou abuso por administradores/controladores	Responsabilização pessoal pelos efeitos das sanções	Antes: restrito a sócios e grupo econômico

Fonte: Lei 15.485, de 5 de agosto de 2026 (DOU 06/08/2026) · MP 1.343/2026 · Agência Senado





EXPOSIBRAM 2027

Feira & Congresso Mineração do Brasil
Brazilian Mining Fair & Congress

20 a 23 | SET | 2027

Belém - PA

A próxima edição
da EXPOSIBRAM já
tem data.

E Belém será novamente
o ponto de encontro da
mineração brasileira.

**Reserve na
agenda e acesse
ibram.org.br/eventos
para mais informações**



Realização:



IBRAM | 50
MINERAÇÃO DO BRASIL ANOS



BRITAGEM INTELIGENTE E SEM LIMITES.

Eleve a produção da sua planta com os equipamentos Superior Industries do Brasil.

- Unidades fabris brasileiras, com processos de engenharia, soldagem e níveis de detalhamento incomparáveis.
- Representantes em todo território nacional, com pós-venda bem estruturado.
- Britagem fixa e móvel, peneiras, transportadores e componentes.
- Eletrônica robusta e embarcada.
- Monitoramento contínuo dos equipamentos.